

Sumário

Número de notícias: 28 | Número de veículos: 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Haddad garante busca pelo equilíbrio fiscal 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Haddad diz que "erosão tributária" é obstáculo para déficit fiscal zero 6

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pacheco: Parlamento vai contribuir com meta 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Entrevista Presidente quis dizer que resultado fiscal não virá com corte de investimento,
defende ministra 9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Haddad evita se comprometer com déficit zero em 2024 13

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

TRF-3 exclui ICMS do cálculo de créditos do PIS e da Cofins 15

PORTAL UOL
SEGURIDADE SOCIAL

IBGE: Envelhecimento da população acende alerta sobre mercado de trabalho 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Seria ruim deixar a reforma para 2024" 19

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Na reforma, saneamento requer tributação especial (Artigo) 21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Debate fiscal pode ser engolido pela sucessão das Mesas 23

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad é o timoneiro na área fiscal e vamos perseguir a meta , diz Pacheco, na linha contrária
à ala política do governo Lula 24

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula discute com deputados da base projetos para aumentar a arrecadação 25

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pressionado por meta fiscal, Haddad monta 'força-tarefa' com centrão 26

VALOR ONLINE - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Situação fiscal é principal fragilidade e não basta estabilizar déficit, diz economista do Santander	28
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
A tribulação de Haddad (Editorial)	29
O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
O déficit zero e os tropeços - MÍRIAM LEITÃO	31
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Lula vai à base buscar saídas para arrecadação	33
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Ministro apresentará cenários a presidente e líderes para tentar salvar déficit zero	35
VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Lojistas usam subterfúgios para burlar imposto	36
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA ECONOMIA	
Estimativa piora com crítica do presidente	39
CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS ECONOMIA	
País cria 211,7 mil vagas	40
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO ECONOMIA	
Fora o atraso, Lula está correto (Artigo)	41
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Ações contra União representam risco de R\$ 4 tri, calcula Tesouro	43
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Mercado vê nova redução de 0,5 ponto na taxa Selic	45
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Haddad anuncia novos diretores do Banco Central	47
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Uma formação um pouco mais moderada no Copom	49
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
"Commodities e reglobalização vão deixar o Brasil mais atraente"	51
O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA POLÍTICA	
Indecisão, estratégia com Centrão e cálculo contra desgaste: por que Lula adia decisões, segundo aliados	53

Terça-Feira, 31 de Outubro de 2023

Haddad garante busca pelo equilíbrio fiscal

»»**Edla Lula**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, negou, ontem, que falte ao governo o compromisso com o equilíbrio fiscal do país.

Ele convocou uma entrevista coletiva para tentar desfazer o mal-estar causado pela declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na sexta-feira, de que o Brasil não precisa de deficit zero - meta que o ministro garante que está sendo perseguida pela equipe econômica.

Desde então, prevalece a impressão de que Haddad e Lula divergem sobre o objetivo fiscal a ser perseguido pelo governo.

Mas, na coletiva, o ministro não demonstrou estar disposto a tirar as dúvidas. À primeira pergunta - se estava mantida a meta de zerar o deficit fiscal em 2024 -, Haddad desconversou.

Explicou as razões pelas quais, na sexta-feira, Lula teria dito não acreditar que o Brasil fosse cumprir tal objetivo.

A preocupação do presidente, segundo o ministro, referia-se a duas medidas de 2017 que o governo, agora, tenta derrubar por meio de proposições encaminhadas ao Congresso. Uma das propostas está relacionada com a Lei Complementar 160/17, que permitiu abater, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), os incentivos fiscais dados pelos estados às empresas. A estimativa para este ano, segundo Haddad, é que o governo deixa de arrecadar R\$ 200 bilhões por conta dessa desoneração.

A outra proposta está na medida provisória que limita o abatimento das subvenções do ICMS do pagamento de **impostos** federais das empresas. A previsão do governo é arrecadar R\$ 35,3 bilhões em 2024, caso a MP seja aprovada. "Queremos que (os números) sejam publicizados para que a sociedade acompanhe que não há, da parte do presidente, nenhum descompromisso. Muito pelo contrário. Se ele não estivesse preocupado com a situação fiscal, não estaria pedindo apoio da área econômica para a orientação das lideranças do Congresso", explicou.

Reunião

Para o ministro, a prova de que o presidente tem preocupação com esse assunto é que hoje reúne as lideranças no Congresso, no Palácio do Planalto, para debatê-lo.

Diante da insistência dos repórteres sobre se haveria mudança de meta, Haddad reforçou que o compromisso é a busca do equilíbrio fiscal. "Minha meta está estabelecida. Vou buscar o equilíbrio fiscal de todas as formas justas e necessárias para que tenhamos um país melhor", enfatizou.

Por diversas vezes, Haddad frisou que seu papel como ministro da Fazenda é trabalhar pelo equilíbrio fiscal não por ser "ortodoxo ou por pressão do mercado", mas por acreditar na importância de manter as contas do governo equilibradas.

"Não mudei de ideia, continuo com a mesma porque acredito que vai ser o melhor para o país. Agora, preciso de apoio político. Preciso do Congresso, preciso do Judiciário. E tenho tido a colaboração, até aqui, tanto de um quanto do outro. As vitórias que tivemos no Judiciário este ano foram expressivas", salientou.

A certa altura da coletiva, porém, Haddad se incomodou com a insistência na pergunta sobre se o governo mudaria a meta fiscal para 2024. "É a quarta vez que respondo. Para o Ministério da Fazenda, vamos levar medidas para o governo, para que os objetivos sejam alcançados, independentemente desses contratempos que foram apurados ao longo do exercício, e que têm trazido a erosão da base de cálculo dos **tributos** federais. Mas é preciso validar, na política, as decisões que vão ser tomadas", disse, encerrando a entrevista.

Horas depois, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, veio a público para negar que haja algum desacordo entre Haddad e Lula. Disse que "quem especular que não há sintonia" entre o presidente e o ministro da Fazenda "vai perder dinheiro de novo".

Acrescentou, ainda, que a prioridade do governo, até o final do ano, é aprovar projetos no Congresso que ampliem a arrecadação e tragam equilíbrio macroeconômico.

Segundo Padilha, esse esforço não foi prejudicado pela fala de Lula na sexta-feira.

Na coletiva, Haddad ainda anunciou os nomes de Paulo Picchetti e Rodrigo Teixeira para a diretoria do Banco Central (BC).

O primeiro assume a Diretoria de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos; o segundo, a Diretoria de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta da instituição.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/impressa/5217/31-10-2023.html?all=1>

Haddad diz que "erosão tributária" é obstáculo para déficit fiscal zero

ADRIANA FERNANDES MARIANA CARNEIRO

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, voltou a se queixar ontem do que chama de "erosão da base tributária", que afeta a arrecadação do governo federal e que, segundo ele, precisa ser corrigida com apoio do Legislativo e Judiciário.

Haddad se referiu a perdas observadas pela **Receita Federal** com um dispositivo inserido na Lei Complementar 160, aprovada em 2017, e que permitiu às empresas abater dos **impostos** federais benefícios tributários obtidos nos Estados.

Segundo o ministro, a medida fez com que a renúncia tributária saltasse de um patamar de R\$ 39 bilhões para R\$ 200 bilhões neste ano. No ano passado, disse Haddad, a renúncia registrada foi de R\$ 149 bilhões.

"Essa é uma das razões pelas quais a arrecadação do governo federal vem sofrendo forte prejuízo", disse.

A brecha, segundo o ministro, será corrigida com a Medida Provisória 1185, editada em agosto, e que, após um acordo político com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), foi convertida em projeto de lei com regime de urgência para ser votada.

A expectativa é de que o relator na Câmara seja designado ainda nesta semana, mas há forte resistência ao tema no Parlamento, o que já levou a Fazenda a rever parte do projeto que reduziu a arrecadação prevista.

O ministro também sublinhou a perda de arrecadação registrada pelo governo com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) com a retirada do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins. Sem citar nomes, Haddad afirmou que só uma fabricante de cigarros deixará de pagar R\$ 4,8 bilhões em **impostos** federais com a decisão.

Ele acrescentou que essa é a razão pela qual as estimativas de receita não estão ocorrendo na velocidade esperada, mesmo com o **PIB** crescendo.

"SABOTAGEM". O ministro disse que levou esses números ao presidente na semana passada, e que isso teria levado à fala de Lula na sexta-feira passada, quando disse que a meta de zerar o déficit público em

2024 não será alcançada. "O presidente constatou, com base nos números, que esses ralos fiscais, esse gasto tributário, está num patamar exagerado em função dessas decisões tomadas em 2017, cuja repercussão está ocorrendo agora. Então, quando falam "o presidente está sabotando o País", não; o que está acontecendo é que o presidente está constatando problemas advindos de decisões que precisam, as que podem, ser reformadas", afirmou Haddad.

O Estadão perguntou ao ministro qual era o nome da empresa.

Em resposta, Haddad sugeriu que a reportagem "fizesse o seu trabalho". A empresa em questão é a Souza Cruz.

No dia 13 de maio de 2021, o STF decidiu que a retirada do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins valeria a partir de 15 de março de 2017, quando o julgamento do tema foi concluído pela Corte, e que iria retroagir apenas para quem ingressou com ação judicial ou administrativa antes dessa data.

São cerca de 12 mil processos.

Esse julgamento foi chamado de "a tese do século".

Procurada, a British American Tobacco Brasil, dona da Souza Cruz, informou em nota que "o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em março de 2017, que todos os contribuintes do País têm o direito de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins".

"A decisão tem efeito vinculante e, por isso, o direito à restituição pela companhia foi garantido após o trânsito em julgado de uma ação individual, seguindo o entendimento do STF. Cabe esclarecer que o valor é referente ao recolhimento indevido realizado durante cinco anos e é proporcional ao volume de **tributos** pagos pela empresa." Ainda segundo a companhia, em 2022 a British American Tobacco Brasil recolheu R\$ 11 bilhões em **tributos** no Brasil.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Pacheco: Parlamento vai contribuir com meta

CAMILA TURTELLI, BRUNO GÓES E GABRIEL SABOIA

Após a entrevista do ministro Fernando Haddad, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que as orientações do titular da Fazenda devem ser seguidas e que está nas mãos dele estabelecer a política econômica do Brasil.

- Ir na contramão disso colocaria o país em rota perigosa. O Parlamento tem essa compreensão e buscará contribuir com as aprovações necessárias, com as boas iniciativas e perseguindo o cumprimento da meta estabelecida -afirmou Pacheco.

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, por sua vez, disse que o foco do governo está na aprovação de projetos que tratam do aumento da arrecadação. A ideia do presidente Lula, segundo Padilha, é que esse pedido seja feito diretamente aos líderes do Congresso, em reunião que ocorrerá hoje:

- Quem continuar especulando que não há sintonia entre o presidente Lula e o ministro Fernando Haddad vai perder dinheiro.

O deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), que foi relator na Câmara do projeto que aumenta a tributação dos fundos para alta renda, disse que as contradições do governo enfraquecem a percepção de que a meta fiscal será cumprida:

-O líder principal do país é que precisa bancar esta meta. Hoje, o presidente precisa se colocar e reforçar esse orçamento.

O líder do União Brasil no Senado, Efraim Filho (PB), disse que o Congresso tem serenidade e responsabilidade com a agenda econômica:

- Mesmo com alguma moderação necessária, tem aprovado os principais projetos do governo na área, a exemplo do arcabouço fiscal e do **Carf**. Creio que os demais projetos que acabaram de chegar da Câmara também devem ser aprovados.

A oposição criticou a declaração do presidente.

-Não tem como apagar o incêndio da fala do Lula - afirmou o líder do Podemos no Senado, senador Oriovisto Guimarães (PR).

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo?token=1e7a469a6fb042800005>

Entrevista Presidente quis dizer que resultado fiscal não virá com corte de investimento, defende ministra

Lula não desautoriza equipe e meta segue válida, afirma Dweck

Andréa Jubée Guilherme Pimenta

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, afirmou em entrevista exclusiva ao Valor que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não desautorizou a equipe econômica ao dizer que a meta de resultado primário de 2024 não precisa ser zero. "O que entendo da fala dele é que a meta não será buscada à custa do corte de investimentos que são necessários para o país voltar a crescer", argumentou.

Como a meta de resultado zero depende da aprovação de uma série de propostas no Congresso, ela falou que, primeiro, é preciso analisar como as medidas de arrecadação vão performar. "Tudo depende do cenário de receita, sinceramente. A partir do cenário de receita, haverá uma decisão [de rever a meta]. Essa decisão não existe ainda", considerou. Integrante da Junta de Execução Orçamentária (JEO), órgão responsável pelas decisões das contas públicas no Executivo, a ministra afirmou que o governo pode perseguir o déficit zero mesmo com eventual decisão da meta. "A importância do déficit zero mostra a necessidade de recompor [a base fiscal]."

Dweck disse que a reforma administrativa será fatiada e não terá viés de ajuste fiscal, como quer a Câmara. Mas garantiu que a despesa com servidores no governo Lula não deve chegar nem aos 4% do Produto Interno Bruto (**PIB**) até o fim do governo. Um dos primeiros passos será a revisão do Decreto Lei 200/67, que estabelece as estruturas da administração pública, conceituando autarquia, sociedade de economia mista, empresa pública e fundações. O governo continuará insistindo no projeto que acaba com os supersalários, hoje no Senado, complementou.

A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor:

Valor: Há uma polêmica no Congresso e no governo sobre a meta de cumprir o déficit zero. Qual a opinião da senhora sobre isso?

Esther Dweck: Conseguir o déficit zero, ou até o limite da banda do arcabouço [0,25 ponto percentual do **PIB**], depende da aprovação de várias medidas que estão no Congresso. É um jogo duplo. O Congresso querer mudar a meta é uma maneira deles reduzirem um pouco o peso da necessidade de aprovar medidas de receita. Está muito na mão do Congresso a possibilidade do déficit zero. O governo propôs iniciativas de medida de receita, o Congresso vai avaliar. Se o Congresso achar que elas não devem ser aprovadas, isso terá impacto na capacidade de arrecadação do governo. Algumas medidas estão sendo aprovadas, como os fundos [de investimento], e há outras. O Congresso tem muito mais capacidade de dizer o que será aprovado, mas nossa expectativa é que a gente consiga aprovar as medidas. Certamente Receita, Tesouro e SOF [Secretaria do Orçamento Federal] estão refazendo os cálculos para ver como está isso.

Valor: Uma ala do governo defende que a meta de déficit zero poderia impor um forte contingenciamento de despesas em um ano que o governo quer turbinar investimentos, e uma elevação do déficit seria importante. A senhora acha que ainda assim a meta deve ser zero?

Dweck: Tudo depende do cenário de receita, sinceramente. A partir do cenário de receita, haverá uma decisão. Essa decisão não existe ainda.

Valor: Então teria de ver como caminharíamos esses projetos para rever a meta eventualmente?

Dweck: Fazer uma análise para avaliar se precisa rever, se não precisa. Não dá para cravar hoje.

Valor: A senhora foi uma das vozes contrárias ao déficit zero?

Dweck: O ministro Haddad apresentou um cenário que permitia o déficit zero. Foi um consenso. Haddad fez um trabalho muito importante de olhar jabutis na legislação. Muita coisa foi feita no governo anterior que gerou perda de arrecadação. A importância do déficit zero mostra a necessidade de recompor [a base fiscal].

Valor: O que a senhora achou da fala do presidente Lula de que dificilmente o déficit zero será alcançado, porque senão será preciso cortar investimentos? Ele desautorizou a equipe econômica?

Dweck: O governo já fez um esforço grande de controle de gastos com o arcabouço fiscal. Agora, estamos no momento de olhar para a arrecadação. Nesse sentido, não entendo que houve uma desautorização. O presidente está bem envolvido na articulação para garantir o aumento da arrecadação que permita ao governo cumprir a meta colocada para o ano que vem. O que entendo da fala dele é que a meta não será buscada à custa do corte de investimentos que são necessários para o país voltar a crescer.

"Instituições como empresas estatais dependentes precisam ser repensadas"

Valor: Mas qual será o caminho?

Dweck: O governo vai continuar perseguindo essa meta, mas que depende, como o ministro Haddad já colocou várias vezes, de mudanças legislativas que todos entendem que são necessárias. É uma meta que é possível atingir. Acho que o que o presidente colocou e o ministro Haddad tem colocado é que essa meta tem de ser atingida por medidas que melhorem a arrecadação, de uma forma mais justa, sobre quem ganha mais.

Valor: A meta de déficit zero não prevê reajustes para servidores no Orçamento em 2024. Não haverá reajuste?

Dweck: Há no Orçamento R\$ 1,5 bilhão dividido em benefícios e reestruturação. O que a gente não fez foi ofertar nada para os servidores, estamos decidindo. Existe também a possibilidade de haver uma surpresa na receita e abrir crédito de R\$ 15 bilhões a partir de maio e, se tiver isso, parte vai para reajuste de servidores. Estamos tentando equiparar carreiras que tenham disparidades salariais.

Valor: Há expectativa de definição sobre o bônus de eficiência da Receita? O governo confia no **Carf** para elevar a arrecadação ano que vem, mas os conselheiros do Fisco já falam em paralisação em novembro.

Dweck: Não há uma data precisa, o grupo está trabalhando. E há uma questão orçamentária: o valor que está previsto no Orçamento que será dividido para quem tiver a produtividade. Estamos tentando organizar isso. Estamos trabalhando em como medir a eficiência, o que não é trivial.

Valor: Se eventualmente o Congresso elevar a meta, é derrota para o governo?

Dweck: Se tiver mudança da meta por parte do Congresso, o governo pode tentar o déficit zero independentemente de mudança do Congresso. Uma coisa que está definida é que não permite aumentar a despesa, que está dada pelo arcabouço, então é importante as pessoas entenderem que a mudança na meta não permite gastar mais. Pode evitar um contingenciamento, mas não permite gastar mais. Eles [Congresso] podem cortar de uma área para ampliar emendas, isso sempre acaba acontecendo, mas do nosso ponto de vista, se performar como a gente gostaria, o déficit zero continua viável, mesmo que o Congresso mude a meta.

Valor: Após a reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre a reforma administrativa, ficou definida a criação de um grupo de trabalho para discutir a proposta. Essa discussão avançou?

Dweck: Não chegou a ser estabelecido um grupo de trabalho. O que houve foi a criação de uma câmara técnica no âmbito do Conselho [Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável],

Valor: Por que a opção por esse modelo?

Dweck: Assim como estávamos fazendo a discussão para dentro do governo, queríamos fazer a discussão com a sociedade civil, com os movimentos sociais, com os empresários.

Valor: Como vai funcionar?

Dweck: Conversamos com o Paulo [Pereira, secretário-executivo do CDES] e ele topou fazer uma câmara técnica para discutir projetos ligados à transformação do Estado, que terá a participação da Fazenda, do Planejamento, da AGU [Advocacia-Geral da União], da Justiça. São vários projetos.

Valor: Quais os principais?

Dweck: Algumas coisas são de competência praticamente exclusiva nossa como, por exemplo, a reestruturação de carreiras. Temos que levar para a equipe econômica por uma questão de cálculo de impacto, mas quem conduz a agenda somos nós. Para outras discussões precisamos criar grupos.

Valor: Pode dar um exemplo?

Dweck: Com a AGU, faremos ano que vem uma discussão importante para o direito administrativo sobre o decreto-lei 200/67, do regime militar. Ele

organiza a administração pública, define o que é autarquia, uma fundação.

Valor: Essa discussão está no combo do que a gente chama de reforma administrativa, mas a senhora chama de transformação do Estado?

Dweck: O que o Congresso chama de reforma administrativa é uma coisa, do ponto de vista da amplitude, pequena, porque é uma discussão focada nos servidores. Queremos uma discussão mais ampla. A visão do Congresso com a PEC 32 é muito fiscalista, de como reduzir custos, coisa que, na prática, o projeto nem faz.

Valor: O que a senhora considera ultrapassado no Decreto-Lei 200 e que pode mudar?

Dweck: Existem instituições como empresas estatais dependentes que precisam ser repensadas, porque, como tal, elas têm muitas amarras. Mas, se viram instituições privadas, perdem um pouco. Estamos discutindo a recriação do Ceitec [Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada, produtor de semicondutores]. Deveria ser uma empresa de ponta, mas sempre foi dependente.

Valor: O ministro Haddad citou os projetos dos supersalários e da nova lei dos concursos como itens da reforma administrativa que o governo tentaria impulsionar no Senado. Essa articulação andou?

Dweck: Em relação ao projeto dos concursos, resolvemos dar foco em outra coisa que é o concurso unificado [previsto para março]. Achamos que muitas coisas não precisam de uma legislação nacional ou constitucional, podem ser feitas por atos infralegais.

Valor: E sobre o projeto dos super salários? Já conversaram com os senadores?

Dweck: É um tema que a gente quer realmente discutir, mas sabe que no Congresso ainda tem muita resistência. Já fizemos uma primeira conversa, mas sentimos que não há disposição para acelerar esse processo. É um tema muito sensível. No Judiciário há muita possibilidade de acúmulo de benefícios.

Valor: O Judiciário é o que mais resiste ao projeto?

Dweck: Esse projeto é polêmico do ponto de vista do impacto no Judiciário. Então, a gente sabe que é algo que precisa ser construído politicamente, construído com o Judiciário.

Valor: O problema é o pagamento de benefícios acima do teto?

Dweck: Acabou de ser aprovada no Congresso uma regra para a Defensoria Pública que repete uma prática que já existe no Ministério Público e no Judiciário, que é o acúmulo de benefícios. Alguns são pagos no limite do teto, outros são pagos fora do teto. O Congresso está aprovando coisas que ampliam as remunerações, dizem que é para igualar a categoria às outras que já têm o benefício.

Valor: O que a senhora acha do texto para acabar com os super salários que foi aprovado na Câmara e aguarda votação no Senado?

Dweck: Não é o ideal porque ainda tem muitas exceções ao teto, mas é melhor isso do que nada. Vamos continuar o diálogo com eles [senadores] para ver se a gente consegue votar esse projeto, mas acho que isso é para o ano que vem.

Valor: Sobre o concurso unificado: nenhuma lei impede que seja feito de forma unificada?

Dweck: É muito mais uma questão de gestão. A exigência constitucional é que seja feito um concurso público para um cargo efetivo no serviço público. É o tipo de coisa que se pode fazer para melhorar [a gestão], conseguir democratizar mais o acesso ao serviço público. Vamos ter mais capilaridade, reduzir o custo para quem está participando. Uma inscrição vai dar acesso a mais de uma carreira.

"Custeio administrativo é muito baixo e essencial para manter a estrutura"

Valor: Como está a organização?

Dweck: Conversei com os ministros da Justiça [Flávio Dino] e da Defesa [José Múcio] para organizar a parte de segurança do processo. Felizmente, a gente tem a experiência do Enem e sabe exatamente como fazer para que a prova não tenha risco de vazamento.

Valor: Vai reproduzir o esquema de segurança do Enem?

Dweck: Sim. A diferença para o Enem é o número de cidades. No Enem são quase 1.700 cidades, o nosso concurso deve ser até 180 cidades. Será muita gente. Esperamos que seja parecido com o Enem, que teve cerca de 3,9 milhões este ano.

Valor. A senhora já teve uma repercussão desse modelo de concurso junto à sociedade?

Dweck: Tem muita gente apoiando. Mas tem gente apreensiva com o conteúdo das provas, se vai ter muita mudança na forma de fazer prova, porque quem estuda há muito tempo está acostumado com um

modelo. Isso gerou um pouco de reação. Mas, ampliando a capilaridade, vamos preencher mais vagas regionais.

Valor: Como assim ?

Dweck: Às vezes passa alguém que não é daquele Estado [onde tem a vaga] e não quer ficar lá. Por exemplo, uma pessoa do Sul não quer trabalhar no Norte do país. Com mais capilaridade, vamos conseguir gente da região que vai querer ficar lá [onde existem as vagas].

Valor: Pode dar um exemplo?

Dweck: Vai ter o concurso da Funai. A gente deve incluir vagas em São Gabriel da Cachoeira (AM), onde tem muitos indígenas. Vai ter 30% de cota para indígenas no concurso da Funai. E não adianta fazer prova em locais onde os indígenas não vão fazer a prova.

Valor: Com a crise climática, enchentes no Sul, seca na região Norte, a Defesa Civil está sendo mais acionada. A reclamação é de que faltam braços, mas o órgão não entrou no concurso unificado. Vai ficar para a próxima seleção?

Dweck: Na verdade, eles têm carreiras que estão nessa prova e que podem apoiar a Defesa Civil, como analistas de infraestrutura. Também vamos ter vagas para a área administrativa, que é transversal, e podem atender a Defesa Civil.

Valor: Isso vai resolver a crise no órgão?

Dweck: Vamos melhorar a estrutura de cargos nos órgãos regionais. E estamos discutindo uma gratificação justamente para fixar as pessoas em locais mais críticos. Também estamos acelerando uma contratação temporária para a Defesa Civil.

Valor: Qual empresa vai realizar o concurso unificado?

Dweck: Há uma série de padrões para a empresa cumprir. As que cumpriram receberam nosso termo de referência e ficaram de mandar propostas. A definição deve sair no início de novembro.

Valor: Há espaço para cortar gastos com a reforma administrativa, como quer a Câmara? Tanto de pessoal quanto da máquina pública.

Dweck: Como fui secretária de Orçamento, gosto de abrir os dados: o custeio administrativo é muito baixo e essencial, são pagamentos para manter a estrutura funcionando. Sem isso, o governo não funciona. E em relação a gasto com pessoal, de 2003 a 2017, ficou

estável em relação ao **PIB**. Mesmo com muitos concursos e ganhos reais, tivemos uma despesa muito estável, em torno de 4% do **PIB**. No governo Jair Bolsonaro, com o fim de concurso e sem reajustes, a despesa caiu para 3,5%, uma queda muito significativa, com reajuste zero, sem repor a **inflação**. Mesmo com tudo o que fizemos agora, de ampliar concurso e com o reajuste, vai ficar muito próximo de 3,5% do **PIB**.

Valor: Não vai nem para 4%?

Dweck: Não vai para 4% nem no fim do mandato do presidente Lula se o **PIB** crescer como a gente espera, mesmo com concursos e reajustes que queremos fazer. Temos um processo de transformação digital, não vou repor o quantitativo de ontem porque não preciso. Mas não temos proposta de demissão de servidores que vá dar impacto [fiscal]. O gasto tende a ficar muito estável nos próximos anos, pois não há perspectiva de repor todo mundo que sair. O gasto será controlado pela própria regra [arcabouço].

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231030/>

Haddad evita se comprometer com déficit zero em 2024

Estevão Taiare Guilherme Pimenta

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, evitou ontem se comprometer com a meta de resultado primário zero em 2024, aumentando as turbulências que surgiram no mercado na sexta-feira ao se limitar a dizer que "minha meta está estabelecida". Segundo Haddad, seu objetivo continua "buscar equilíbrio fiscal de todas as maneiras justas e necessárias" e, para isso, informou que cogita antecipar para este ano medidas que seriam divulgadas apenas no ano que vem. Ele reconheceu que o cenário é "desafiador" e cobrou "apoio político" para sua agenda.

Irritado, o ministro foi questionado reiteradas vezes para ser mais claro sobre a manutenção ou não do déficit zero, mas deixou em aberto: "Querido, aí, se você quiser me entender, bem. Se não quiser me entender, bem. Estou dizendo que eu, enquanto ministro da Fazenda, vou buscar o resultado que considero o melhor para o país, que é o equilíbrio fiscal, e o que puder fazer, eu vou fazer", respondeu o ministro a um jornalista. Ele abandonou a entrevista quando foi questionado mais uma vez sobre a manutenção da meta de resultado zero, conforme consta tanto no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) quanto no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), em tramitação no Congresso.

Na sexta-feira, durante café da manhã com a imprensa, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou que a meta de 2024 "não precisa ser zero" e que um déficit primário de 0,25 ponto percentual ou 0,5 ponto percentual do Produto Interno Bruto (**PIB**) não é "nada". O arcabouço fiscal apresentado pelo governo federal no primeiro semestre e aprovado pelo Congresso Nacional estabelece meta de resultado primário zerado para o ano que vem, com intervalo de tolerância de 0,25 ponto do **PIB** para cima ou para baixo.

As declarações de Lula tiveram repercussão amplamente negativa no mercado, por sinalizarem um enfraquecimento do compromisso com o arcabouço fiscal e o equilíbrio das contas públicas. Conforme divulgado ontem pelo Boletim Focus, do Banco Central (BC), a projeção mediana de instituições financeiras, consultorias e gestoras é de um déficit primário de 0,78% do **PIB** para o governo federal no ano que vem.

O mundo político também reagiu ao episódio. Ontem, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, divulgou nota em apoio a Haddad e afirmou que não seguir o plano do ministro colocaria o país em "rota perigosa".

"Devemos seguir a orientação e as diretrizes do ministro da Fazenda, a quem está confiada a importante missão de estabelecer a política econômica do Brasil. Ir na contramão disso colocaria o país em rota perigosa", escreveu Pacheco.

Ainda ontem pela manhã, Lula e Haddad se reuniram pela primeira vez desde as declarações do presidente. De acordo com a agenda da Presidência, na reunião, ocorrida no Palácio do Planalto, também participou a secretária-executiva da Casa Civil, Miriam Belchior - a pasta defende a revisão da meta zero, em linha com a ala política do governo. Quase no mesmo horário, a Fazenda convocou a entrevista, realizada logo após o encontro.

Haddad afirmou que a arrecadação do governo federal vem decepcionando por duas razões principais: as regras de tributação sobre subvenções estaduais e a exclusão do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins). Segundo ele, Lula está ciente e preocupado sobre a dimensão dos "ralos fiscais".

De acordo com o ministro, um dispositivo da Lei Complementar 160 "abriu brecha enorme" ligada às subvenções, com estimativa de prejuízo para os cofres públicos de R\$ 200 bilhões neste ano. Ele destacou que a medida provisória (MP) 1185, em tramitação no Congresso, "corrige essas distorções" e que, "tudo dando certo em 2023, vai ser o último ano dessa enorme brecha".

Outra razão para a perda de força da arrecadação, segundo o ministro, foi decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 2017, que retirou o ICMS da

base de cálculo do PIS/Cofins recolhido pelas empresas. "Estamos falando de muitas dezenas de bilhões de reais", disse. "Não só da [arrecadação] corrente, mas fazendo a conta de todo o recolhimento

feito de 2017 para cá."

Haddad levantou a possibilidade de antecipar medidas que seriam tomadas em 2024, mas não detalhou quais. O ministro ainda afirmou que sua busca pelo equilíbrio fiscal "não é por pressão do mercado financeiro ou por que sou ortodoxo".

Nos bastidores, a estratégia do titular da Fazenda também envolve mostrar para Lula que a busca pelo equilíbrio fiscal é tanto a "agenda correta para o país" quanto a melhor maneira de o presidente "garantir o cumprimento das principais promessas" eleitorais, segundo uma fonte do Ministério da Fazenda. A ideia central é que "perseguir o déficit zero é mais importante do que alcançar o déficit zero". Na avaliação da pasta, a fala de Lula

sobre a meta do ano que vem "foi um pouco precipitada" e gerou temores sobre uma possível "perda de disciplina" fiscal.

"O pior cenário seria começar a desestimular" a busca pelo equilíbrio das contas públicas, mesmo que o déficit não seja zerado em 2024, diz a fonte. Uma preocupação é a possibilidade de o Judiciário aumentar o teto dos vencimentos do funcionalismo.

"Temos um caminho para perseguir que está dado", afirma a fonte, citando medidas apresentadas pelo Ministério da Fazenda para aumentar receitas, como as mudanças no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**). Para a pasta, será por meio da agenda de longo prazo, e "não por pressão da ala política", que Lula cumprirá as suas promessas. (Colaboraram Caetano Tonet e Julia Lindner)

"Vou buscar o resultado que considero o melhor para o país, que é o equilíbrio fiscal"

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Haddad evita se comprometer com déficit zero em 2024

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231030/>

TRF-3 exclui ICMS do cálculo de créditos do PIS e da Cofins

Joice Bacelo

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), com sede em São Paulo, se posicionou a favor da exclusão do ICMS da base de cálculo dos créditos do PIS e da Cofins - o que, na prática, aumenta a carga tributária das empresas. Duas decisões foram proferidas neste mês.

São as primeiras de segunda instância que se tem notícias sobre o tema. Os julgamentos ocorreram na 3ª Turma e, nos dois casos, o resultado se deu por unanimidade.

A exclusão do ICMS da base de cálculo dos créditos do PIS e da Cofins foi estabelecida pela Lei nº 14.592, de maio. A medida aprovada pelo Congresso foi costurada pelo governo federal para reduzir a perda de bilhões de reais gerada pela chamada "tese do século".

O Ministério da Fazenda estima uma arrecadação adicional de R\$ 31,8 bilhões ainda neste ano e de R\$ 57,9 bilhões em 2024.

A tomada de crédito faz parte da apuração das contribuições sociais para quem está no regime não cumulativo - praticamente todas as grandes empresas. A alíquota de PIS e Cofins, nesses casos, é de 9,25%.

Para calcular quanto deve, o contribuinte precisa separar as notas de saída, referentes às vendas realizadas no mês, das notas de entrada, que contêm o custo de aquisição de produtos que dão direito a crédito (insumos, por exemplo). É feito um encontro de contas entre esses dois grupos de notas e sobre o resultado aplica-se a alíquota.

As discussões em torno dos créditos ganharam força com a conclusão da "tese do século", em maio de 2021, no Supremo Tribunal Federal (STF).

Na ocasião, os ministros decidiram que o ICMS não pode ser classificado como receita ou faturamento - que é a base de incidência do PIS e da Cofins. Por esse motivo, a parcela do imposto estadual que consta nas notas de saída (vendas) deve ser retirada do cálculo das contribuições.

Com essa exclusão, a base de incidência das

alíquotas de PIS e Cofins ficou menor e, conseqüentemente, os valores que as empresas têm a pagar ao governo reduziram.

O custo da "tese do século" para a União foi estimado, na época, em R\$ 358 bilhões pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT). Esse cálculo leva em conta o ressarcimento dos valores pagos no passado.

Diante de tamanho rombo nas contas públicas, a **Receita Federal** passou a defender que o mesmo critério da "tese do século" - que excluiu o ICMS das notas de saída - deveria ser aplicado na contabilização dos créditos decorrentes da compra de bens e insumos.

A parcela de ICMS que consta nas notas de entrada (compras), portanto, também teria que ser retirada. O efeito é mim para as empresas: com uma base menor de crédito, a conta a pagar de PIS e Cofins fica maior.

Uma fabricante de calçados que gasta R\$ 100 com a compra de couro ou tecido para confeccionar sapatos, por exemplo. Na apuração do PIS e da Cofins, ela obtém um crédito de 9,25% com a aquisição do insumo. Se dentro desses R\$ 100 de despesa, R\$ 20 são de ICMS, a companhia só poderia utilizar R\$ 80 de base.

Resumindo: o governo perde na saída, mas ganha na entrada, o que, segundo especialistas, neutraliza a "tese do século".

A estratégia da **Receita Federal** virou regra em janeiro, quando o governo federal editou a Medida Provisória (MP) nº 1.159. Essa norma determinou que, a partir do mês de maio, o ICMS não poderia mais ser contabilizado na base de cálculo dos créditos do PIS e da Cofins.

Essa MP acabou não avançando no Congresso e perdeu a validade. No fim de maio, no entanto, o mesmo texto que previa a exclusão do ICMS foi incluído no processo de conversão da Medida Provisória nº 1.147, que trata do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). Essa MP foi convertida na Lei 14.592.

Toda essa movimentação gerou uma corrida das

empresas ao Judiciário. Há inúmeras ações no país propostas antes e depois da entrada em vigor da Lei 14.592. Por isso, a importância dessas primeiras decisões, de mérito, em segunda instância.

Apesar de não terem efeito vinculante, a situação das empresas, em geral, fica prejudicada. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) poderá usar essas decisões como precedente em outros processos.

Em um dos casos julgados pela 3a Turma do TRF-3, a empresa havia obtido decisão contra a exclusão do ICMS do cálculo dos créditos em primeira instância, mas a PGFN recorreu e conseguiu reverter (processo nº 5004655-192021.4.03.6128).

Os desembargadores trataram a questão dos créditos como uma "adequação do ordenamento jurídico" ao que ficou decidido pelo STF na "tese do século". "Para deixar claro que em nenhuma hipótese o ICMS poderá integrar a base de cálculo da contribuição para o PIS e a Cofins", diz, na decisão, a relatora do caso, desembargadora Consuelo Yoshida.

Consta na decisão, além disso, que a alteração trazida pela Lei nº 14.592 "revela a devida atuação do legislativo, voltada a evitar distorções econômicas e garantir a neutralidade fiscal da incidência das contribuições".

No outro caso, também julgado pela 3a Turma, a empresa perdeu em primeira instância e recorreu da decisão ao tribunal, mas não conseguiu convencer os desembargadores a atender o seu pedido.

O relator do caso, desembargador Carlos Delgado diz, na decisão, que "trata-se de opção do legislador estabelecer possibilidade de aproveitamento dos créditos" (processo nº 501.3666-55.2023.4.03.0000).

Advogados de empresas entendem que essa lei, mesmo sem ter efeito retroativo, não está de acordo com a Constituição Federal, que prevê o sistema da não cumulatividade. Dizem que a decisão da "tese do século" não poderia servir de base para a exclusão do ICMS dos créditos.

"Porque na "tese do século" o STF entendeu que ICMS não é receita da empresa e, por esse motivo, não pode ser tributado por PIS e Cofins. Não significa, com isso, que o ICMS deixou de fazer parte do preço da mercadoria adquirida. E o crédito se dá sobre o valor da aquisição. São coisas diferentes", diz Rafael Nichele, do Nichele Advogados Associados.

Na primeira instância há decisões para os dois lados: a favor da Fazenda e também de empresas. "Temos liminares deferidas e indeferidas e muitos agravos

aguardando decisão do tribunal", afirma Priscila Faricelli, do Demarest. "Não dá para dizer que existe uma orientação específica. Está muito casuístico ainda", conclui.

Uma companhia cliente do escritório Briganti Advogados, obteve liminar, recentemente, com o argumento do "jabuti". O advogado Júlio Cesar Machado, que atua nesse caso, diz que o STF decidiu, em 2015, que não se pode incluir, em medidas provisórias, emendas parlamentares que não tenham pertinência temática com a norma em processo de conversão em lei.

"E foi o que aconteceu aqui. A exclusão do ICMS da base de cálculo dos créditos do PIS e da Cofins foi inserida na norma do Perse", afirma Machado. "Uma coisa não tem nada a ver com a outra."

A liminar foi concedida pela 11a Vara Federal de Belo Horizonte. O juiz Itelmar Raydan Evangelista usou a decisão do STF na ADI 5127, de 2015, como base para atender o pedido da empresa para manter o ICMS no cálculo dos créditos de PIS e Cofins (processo nº 1093366-16.2023.4.06.3800).

A PGFN afirma, por meio de nota, no entanto, que o "jabuti" citado nessa decisão não se verifica no processo legislativo que deu origem à Lei 14.592. "Existe conexão entre o objeto original da MP 1.147/2022 e os dispositivos incorporados da MP 1.159/2023", frisa.

De acordo com a procuradoria, além das duas decisões de turma, existem sete monocráticas a seu favor no TRF-3. Em uma delas, proferida pelo desembargador Johnson Di Salvo, há entendimento contra o suposto "jabuti" que tem sido apontado pelos contribuintes (processo nº 5024293-21.2023.4.03.0000).

"O ICMS não deixou de fazer parte do preço da mercadoria"

Rafael Nichele

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231030/>

IBGE: Envelhecimento da população acende alerta sobre mercado de trabalho

Carlos Juliano Barros *Colunista do UOL* 31/10/2023 04h00

O envelhecimento da população do país, revelado pelos dados do Censo 2022 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgados na semana passada, aponta para ao menos dois desafios nada triviais do mercado de trabalho: a superação do "etarismo" e o avanço do chamado "gerontariado".

Para quem não tem familiaridade com os termos, etarismo diz respeito à discriminação baseada na idade das pessoas. O gerontariado, por sua vez, é um conceito popularizado pelo professor Giovanni Alves, da Unesp (Universidade Estadual de São Paulo), que mescla gerontologia, o estudo do envelhecimento, com "precarizado" - o conjunto de trabalhadores privados de direitos básicos.

De acordo com o IBGE, o número de idosos cresceu 57,4% entre 2010 e 2022. A cada 100 brasileiros, 11 já têm mais de 65 anos. Ainda segundo o Censo, metade da população já passou a casa dos 35 anos .

Em geral, a primeira reação dos analistas sobre a mudança no perfil demográfico é encará-la como uma fonte de pressão sobre as contas da Previdência.

Não à toa, o país passou por uma recente reforma em 2019 que elevou as idades mínimas para aposentadoria de homens e mulheres e aumentou o tempo de contribuição mínima para a obtenção de benefícios.

Porém, para além do inegável impacto sobre o sistema de aposentadorias, o envelhecimento da população também precisa ser urgentemente pensado sob a ótica do acesso ao mercado de trabalho e da garantia de empregos decentes.

Se o combate ao racismo e à homofobia parece, ao menos no discurso, cada vez mais cristalizado na agenda ESG (sigla em inglês para "governança socioambiental") das empresas brasileiras, o mesmo não se pode dizer sobre o enfrentamento ao etarismo.

Um estudo lançado no ano passado com 191 empresas de 13 setores diferentes pela consultoria Ernst E Young em parceria com a Maturi, agência de treinamento profissional, mostrou que 78% das corporações ouvidas se consideram etaristas e

aditem não ter políticas para evitar a discriminação por idade em seus processos seletivos.

Outra pesquisa recente, divulgada em outubro pela consultoria Robert Half em conjunto com a startup Labora, tema de reportagem do jornal Valor Econômico, chegou a conclusão semelhante. Das 258 empresas ouvidas, 70% contrataram muito pouco ou nenhum profissional com mais de 50 anos nos últimos dois anos.

Ainda que o mundo corporativo não esteja pronto para lidar com o assunto, o crescimento do número de ações na Justiça do Trabalho, motivadas por preconceito contra trabalhadores vistos como não "suficientemente jovens", é mais uma evidência de que o etarismo já faz parte do dia a dia das empresas e deve assumir cada vez mais relevância nos departamentos de recursos humanos.

Segundo um levantamento feito pelo escritório Trench Rossi Watanabe, com base em dados da plataforma de jurimetria Data Lawyer, foram ajuizadas 147 processos por etarismo ao longo deste ano - praticamente o mesmo número acumulado entre 2017 e 2022. Os dados constam em outra reportagem do jornal Valor Econômico.

O envelhecimento populacional, associado a uma expectativa de vida mais longa, é usualmente usado como justificativa para o prolongamento do tempo dedicado ao trabalho. No entanto, viver mais não é necessariamente sinônimo de viver bem. Além disso, trabalhar após certa idade nem sempre é uma escolha, mas uma necessidade.

Hoje, cerca de 66% dos aposentados pelo **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) recebem apenas um salário mínimo por mês. Com as regras ainda mais duras aprovadas na Reforma da Previdência de 2019, a maior parte dos brasileiros terá direito a um ou a no máximo dois salários mínimos, renda que passa longe de garantir segurança financeira.

"A Reforma da Previdência colocou em evidência a questão do idoso que vai ter uma aposentadoria insuficiente e que vai precisar retornar ao mercado", afirma Bruno Chapadeiro, professor da UFF (Universidade Federal Fluminense). "Aí, muitas vezes, a única alternativa é se submeter a um trabalho

precário, justamente pela dificuldade de encontrar um emprego decente que o etarismo gera", acrescenta o professor.

A divulgação dos dados do IBGE sobre envelhecimento da população brasileira é uma ótima oportunidade para debater as diversas expressões do etarismo, que não se manifesta apenas no ambiente de trabalho. Mas ela também serve de alerta sobre o futuro que nos aguarda: é preciso pensar em políticas que garantam ocupações decentes para uma crescente parcela da população que seguirá demandando empregos, mesmo depois de aposentada.

Site: <https://economia.uol.com.br/colunas/carlos-juliano-barros/2023/10/31/censo-do-ibge-envelhecimento-sera-tema-central-do-mercado-de-trabalho.htm>

"Seria ruim deixar a reforma para 2024"

**ADRIANA FERNANDES BIANCA LIMA MARIANA
CARNEIRO**

Diante de sinais do Congresso de que a **reforma tributária** poderá ser concluída apenas em 2024, o secretário extraordinário do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, afirma que isso seria uma "sinalização ruim".

"Não estou dizendo que seria inviável aprovar a reforma, mas seria uma sinalização ruim sob a perspectiva política", disse ele, ao Estadão. A PEC que altera a tributação sobre o consumo deve ser apreciada pelo Senado na semana que vem, mas terá de voltar à Câmara para uma segunda análise. A seguir, os principais trechos da entrevista: A quantidade de exceções no projeto é elevada, principalmente de regimes específicos de tributação. Como o sr. avalia isso?

O novo modelo vai ter uma quantidade grande de exceções, mas elas estão em poucas categorias. Uma parte muito grande das exceções está em alíquota reduzida, alguns casos de alíquota zero e os regimes específicos, sendo que alguns deles são técnicos. O regime para combustível é um exemplo.

E a outra parte é resultado dos lobbies?

A outra parte é resultado de decisões políticas.

Estar no regime específico garante que o setor vai pagar menos do que a alíquota- padrão do IVA?

Não necessariamente. No caso de combustível fóssil, muito provavelmente o efeito do regime específico vai ser pagar acima da alíquota-padrão do IVA. Mas, mantendo a tributação atual, não vai subir a carga.

Por que, então, diversos setores estão buscando tratamento diferenciado?

Na regulamentação, é muito provável que a maior parte dos regimes específicos que foram colocados por razões políticas acabe tendo um tratamento menos oneroso. Não vamos nos iludir. Mas, pelo menos, ele (regime específico) dá uma margem, uma flexibilidade, talvez maior do que dizer que vai ser 40% da alíquota-padrão.

Mas isso não é adiar o problema para o ano que vem?

De certa forma, sim. A lei complementar vai ter uma

discussão, sobretudo na questão dos regimes específicos e na classificação do que é alíquota zero e reduzida. Mas, se fizer com transparência, a gente mostra qual o efeito sobre a alíquotapadrão em diferentes alternativas que tenham sido consideradas pelo Congresso; e aí o Congresso toma uma decisão informada.

Já é alguma coisa, né?

Então, inserir esses setores no tratamento diferenciado foi uma solução do relator para evitar novos casos de alíquota reduzida?

Isso se aplica, por exemplo, ao saneamento? Porque eles queriam ir para os 40% da alíquota-padrão.

Mas aí eles, provavelmente, teriam uma tributação menor do que a atual. Todo mundo quer, né? Sua categoria conseguiu.

Jornalista está com alíquota de 40% da padrão. Vocês conseguiram.

Comunicação institucional também. Então, escreve no seu jornal que serviços jornalísticos não devem ter alíquota menor que a padrão. Acho legal vocês escreverem isso. Agora, vocês têm de entender que há um custo político para viabilizar a aprovação da **reforma tributária**.

E nós trabalhamos numa variação de custo-benefício.

O sr. tem expectativa de que entrem mais exceções?

Espero que não.

Vota neste ano?

Acredito que sim.

Há sinais no Senado de que a conclusão da reforma poderia ficar para 2024. Seria um problema?

Se ficar para 2024 com uma sinalização de que vai ser difícil aprovar, é ruim. Se ficar para 2024 com uma sinalização de que vai ser muito possível aprovar, não é tão ruim. Eu estou confiante de que vai votar este ano. Acho que não seria uma boa sinalização deixar para o ano que vem. Acho que seria uma sinalização ruim. Não estou dizendo que seria inviável aprovar a reforma, mas seria uma sinalização ruim sobre a perspectiva política da reforma.

"Na regulamentação, é muito provável que a maior parte dos regimes específicos acabe tendo um tratamento menos oneroso. Não vamos nos iludir"

ENTREVISTA

Já ocupou a secretaria executiva e de Política Econômica da Fazenda; hoje, está à frente dos estudos para a **reforma tributária**

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Na reforma, saneamento requer tributação especial (Artigo)

Gesner Oliveira

Gesner Oliveira - PROFESSOR DA FGV, ONDE COORDENA O CENTRO DE ESTUDOS DE INFRAESTRUTURA E SOLUÇÕES AMBIENTAIS, PRESIDIU A SABESP E O CADE E FOI SECRETÁRIO DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO NO GOVERNO FHC, ATUANDO NA IMPLANTAÇÃO DO PLANO REAL

O texto da **reforma tributária**, originado da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019 e aprovado pela Câmara dos Deputados, conferiu tratamento especial à saúde, mas deixou de fora um de seus mais importantes braços: o saneamento básico.

Trata-se de equívoco que precisa ser reparado no Senado Federal por pelo menos três razões. A primeira, por ser um segmento com enormes externalidades positivas.

De acordo com o Instituto Trata Brasil, a universalização dos serviços de saneamento gera ganhos da ordem de R\$ 1,4 trilhão, algo superior aos efeitos positivos calculados para a reforma da Previdência.

Nestes casos, a boa teoria de finanças públicas recomenda subsídio e não taxaço.

Os impactos do saneamento na saúde são eloquentes.

Ranking do Instituto Trata Brasil mostra que os seis municípios com pior qualidade da amostra de cem maiores cidades pesquisadas têm mais de 5,2 internações por 10 mil habitantes em razão de doenças de veiculação hídrica; em contraste, os seis melhores têm 2,1 internações/10 mil habitantes.

Não por acaso, estima-se que a cada R\$ 1 gasto com saneamento poupam-se outros R\$ 4 na saúde. Não é possível, portanto, apartar o saneamento de outros temas sanitários.

A segunda razão é que o atraso do setor é vergonhoso.

Mais de 30 milhões de brasileiros não acessam água tratada; outros 100 milhões vivem sem coleta de esgoto; e cerca de metade do esgoto gerado é

devolvida in natura para o meio ambiente.

A universalização do saneamento, prevista desde 2013 e reiterada na Lei n.º 14.026/2020, constitui um compromisso moral de resgate dessa enorme dívida social.

Estima-se que a grande maioria dos brasileiros sem coleta de esgoto ganha até dois salários mínimos. A renda média daqueles que têm saneamento supera em R\$ 2.373,41 a daqueles sem este serviço - com renda mensal média de R\$ 486,37, menos da metade do salário mínimo (R\$ 1.320). É fácil entender que o compromisso de universalização dos serviços deste segmento constitui o maior programa socioambiental do País e um dos maiores do planeta.

Para eliminar esse déficit, o investimento no setor terá de mais do que dobrar relativamente ao patamar atual, algo sem precedentes na história brasileira. Mesmo numa projeção conservadora, a universalização requer pelos menos dobrar o aporte anual médio em água e esgoto, algo nunca verificado no País. Além disso, a carência de investimentos não está restrita à água e ao esgoto. Segundo estudo realizado para o Ministério do Desenvolvimento Regional em 2022, são necessários R\$ 250 bilhões para a universalização da drenagem e do manejo das águas pluviais urbanas, e outros R\$ 27 bilhões para resíduos sólidos urbanos entre 2021 e 2033.

A terceira razão é que um tratamento diferenciado para o saneamento nada mais é do que manter a neutralidade tributária da reforma. Atualmente, o setor tem uma tributação peculiar na qual incide a cobrança de PIS/Cofins não cumulativo, com uma alíquota de 9,25%, estando isento dos atuais ICMS e ISS.

Embora não haja hoje uma cobrança direta de outros **tributos** estaduais e municipais, o segmento já carrega diversos resíduos tributários. Com a expectativa de um novo IVA entre 25% e 27%, a carga tributária aumentaria fortemente.

Dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (Snis) de 2022, com base em 2021, apontam uma carga tributária estimada de 9,74%, sendo 5,47% de PIS/Cofins e 4,27% de resíduos tributários.

A incidência do ISS sobre o saneamento foi vetada em 2003 sob o entendimento de que a cobrança comprometeria a universalização. Esse veto visava justamente a evitar um aumento nas despesas para a população carente.

Além da diminuição de receita para investimentos no setor, a população mais vulnerável sentiria também os resultados no próprio bolso. Estudo realizado pela GO Associados demonstra que o aumento das alíquotas e dos **impostos** sobre o setor resultaria num acréscimo de até 18% na tarifa dos serviços de água e esgoto.

O texto aprovado na Câmara e que está em discussão no Senado retira o tratamento especial destinado ao saneamento, podendo resultar num impacto catastrófico sobre os planos de investimento e sobre os compromissos de universalização do acesso aos serviços básicos de água e esgotamento sanitário.

Além de socialmente injusto e regressivo - na direção oposta que se deseja para a reforma -, um aumento de tarifa dessa ordem geraria um desequilíbrio generalizado de contratos num setor regulado por quase uma centena de agências estaduais, regionais e municipais.

Há uma forma de corrigir o equívoco da proposta atual.

Estudo da GO Associados mostra que um tratamento diferenciado para o saneamento, equivalente àquele conferido para a saúde, poderia praticamente eliminar o aumento na tarifa, garantindo a desejada neutralidade tarifária. Eis a solução: tratar o saneamento como a saúde.

Falta do tratamento especial pode ter impacto catastrófico sobre os planos de investimento e os compromissos de universalizar serviços

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Debate fiscal pode ser engolido pela sucessão das Mesas

Maria Cristina Fernandes

Ao cerrar fileiras ao lado do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no debate sobre a meta fiscal, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sugere que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não terá facilidade em impor seu jogo orçamentário no Congresso sem antes se comprometer com a sucessão das mesas das Casas.

Como presidente do Congresso, é Pacheco quem comanda a votação do Orçamento. Lula tem muitas opções para mudar a meta na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que ainda não foi aprovada. Pode fazê-lo por mensagem presidencial, emenda do Congresso e até uma conversa com o relator do

Orçamento para que ele assuma a mudança como iniciativa sua. Tem até 22 de dezembro para isso. Com LDO e Orçamento aprovados, no passado, já foi possível mudar a meta no ano em curso de sua aplicação. Com o arcabouço fiscal, como o crescimento da despesa está subordinado ao cumprimento da meta fixada no ano anterior, ficou mais difícil.

Todas as saídas precisam contar com Pacheco. O senador já teve uma relação mais amena com o Planalto, mas tem incentivado a indisposição da bancada bolsonarista com o Supremo Tribunal Federal porque não tem recebido sinalizações sobre como se comportará o presidente na sua sucessão, almejada, com seu apoio, pelo ex-ocupante do posto Davi Alcolumbre (União-AP). Com o Orçamento em desalinho, ganha um novo flanco a ser explorado.

A reação de Pacheco embaralhou o jogo de Lula. Ao fazer a declaração sobre a mudança da meta às vésperas de uma reunião do Comitê de Política Monetária já pressionada pela turbulência do cenário externo, Lula pode ter tentado desmontar o pessimismo do Banco Central, ante um mercado que já trabalha com um déficit de 1% do PIB em 2024, oferecendo, 0,5% ou 0,25%. Ainda deu a Haddad motivos para o passar o fim de semana pendurado ao telefone em busca de interlocutores capazes de pressionar o Congresso a aprovar as novas fontes de receita como o das offshores e fundos exclusivos.

Pela reação às perguntas, mais do que pertinentes,

que lhe foram feitas na entrevista desta segunda, Haddad, afagado pelo presidente com os dois diretores do Banco Central que pediu, não parece ter gostado do jogo montado por Lula. E descontou nos jornalistas.

O receio da Fazenda é o de que, ao abrir mais espaço para gasto, Lula acabe atiçando o apetite do Congresso por mais dinheiro para emenda e fundo eleitoral. Também teme que seu discurso pelo fim das desonerações caia no vazio e que escale a pressão de empresários contra uma **reforma tributária** que os levaria a financiar mais despesa pública.

Se Pacheco pode usar o Orçamento para barganhar o apoio de Lula, a pressão do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), por mais emendas com as quais possa montar sua sucessão, também poderia vir a ser acomodada com um déficit no Orçamento. Cálculos informais de especialistas do Senado sugerem que 1% de déficit representaria R\$ 100 bilhões de espaço fiscal com os quais se poderia acomodar as demandas de Lira com novas modalidades de emendas.

O presidente já foi avisado de que o Congresso quer aumentar o volume das chamadas "emendas pix", que seguem direto para o caixa das prefeituras, sem transparência ou fiscalização dos órgãos de controle.

A sorte de Lula é que esta disputa tanto atija a cobiça por dinheiro quanto causa desunião. No Progressistas, por exemplo, a negociação que levou à indicação de um presidente da Caixa Econômica Federal ligado ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), desgostou o presidente do partido, senador Ciro Nogueira (PP-PI).

O senador preferia que o partido tivesse batalhado por um ministério como o do Desenvolvimento Regional ou Social a ficar com o banco. Lira acredita que, distribuindo as diretorias com os partidos, seja capaz de montar sua sucessão, mas a Caixa é chamada no Congresso de "Caixa de Gaza", campo minado e controlado onde ninguém quer pisar. Como tudo que acontece no Congresso até 2 de fevereiro de 2025, o debate orçamentário também foi engolido pela disputa das Mesas.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231030/>

Haddad é o timoneiro na área fiscal e vamos perseguir a meta , diz Pacheco, na linha contrária à ala política do governo Lula

Por Valdo Cruz

A ala política fecha com o presidente Lula Inácio Lula da Silva, que não quer corte de gastos e defende o abandono da meta de déficit fiscal zero em 2024. No Congresso, os aliados de partidos de centro vão na linha contrária e dão sustentação ao ministro da Fazenda.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse ao blog que vamos continuar perseguindo a meta e tendo responsabilidade com a pauta econômica. Haddad é o timoneiro nessa questão .

O mesmo é esperado do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em relação à meta fiscal. Segundo Pacheco, o Senado vai dar prioridade à agenda econômica nas próximas semanas, votando a **reforma tributária** e os projetos de aumento de arrecadação.

Haddad estava visivelmente irritado, com razão, na segunda-feira (30). Ele não queria confrontar o presidente Lula e buscou passar a mensagem de que o chefe estava reclamando da queda da arrecadação e dos ralos tributários.

Mas não foi bem isso que o presidente disse. Ele deixou claro que não quer fazer corte de gastos. Se a receita não corresponder às expectativas, ele já decidiu que prefere registrar déficit no ano que vem a cortar gastos.

O ministro da Fazenda precisa aprovar uma série de medidas para aumento da arrecadação, a maior parte em tramitação no Congresso, mas informou ontem que enviar novas propostas de aumento de receita para análise dos parlamentares.

Ele admitiu que o cenário é desafiador , mas que vai continuar em busca da meta de déficit público zero no ano que vem.

O fato é que a ala política do governo já se considera vitoriosa. Se Haddad não for bem-sucedido na sua missão de aumentar a arrecadação do governo, não haverá corte de gastos no ano que vem, como desejava a equipe econômica. O caminho será admitir

um rombo nas contas públicas.

Dentro do Ministério do Planejamento, a busca também é pelo déficit zero, mas a avaliação é que se for registrado um buraco de 0,25% do **PIB**, não será nenhum problema. Pelo contrário, será um vitória, já que o governo assumiu com um déficit acima de 2% do **PIB**.

Site: <https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/post/2023/10/31/haddad-e-o-timoneiro-na-area-fiscal-e-vamos-perseguir-a-meta-diz-pacheco-na-linha-contraria-a-ala-politica-do-governo-lula.ghtml>

Lula discute com deputados da base projetos para aumentar a arrecadação

Brasília

/
Ana Isabel Mansur, do R7, em Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se reúne com líderes dos partidos aliados ao governo na Câmara dos Deputados, nesta terça-feira (31), no Palácio do Planalto. Os ministros Fernando Haddad, da Fazenda, Simone Tebet, do Planejamento, e Alexandre Padilha, das Relações Institucionais, também participam do encontro.

A reunião foi convocada por Lula para alinhar com a base a condução das votações prioritárias para o governo até o fim deste ano. O mesmo encontro com as lideranças do Senado deve ocorrer na próxima semana.

Até o fim do ano, a agenda prioritária do governo federal no Legislativo será a aprovação de pautas que aumentam a arrecadação de **impostos**, de acordo com declaração de Padilha, nesta segunda-feira (30).

Compartilhe esta notícia pelo WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo Telegram

"A centralidade da pauta é aquilo que é a agenda central do governo até o fim do ano, que é a aprovação das medidas que ampliam a arrecadação e fazem justiça tributária, como a taxação dos fundos offshores e exclusivos, que reforçam a consolidação do equilíbrio macroeconômico", afirmou o ministro.

Ele reforçou a expectativa do governo federal de aprovar a **reforma tributária** até o fim de 2023. "O relatório já foi apresentado pelo relator. Estamos priorizando que possa ser votada na próxima semana na CCJ [Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania] e vamos trabalhar para, ainda em novembro, concluir a aprovação no Senado. O esforço é até o fim do ano concluir a votação." A **reforma tributária** foi aprovada pela Câmara em julho e, desde então, é analisada pelos senadores. Caso o Senado altere o texto, a medida retorna para a Câmara.

Outra prioridade do governo no Congresso é a lei que

cria debêntures de infraestrutura. Debêntures são títulos de dívida emitidos por empresas, negociáveis no mercado, e podem ser adquiridos por pessoas físicas ou jurídicas. O comprador é remunerado com juros e correção monetária até o pagamento integral do título.

"Para acelerar a atração de investimentos para os projetos de logística, infraestrutura e investimento no nosso país, que já foi aprovada na Câmara e revista no Senado. O texto que está na Câmara tem acordo com o governo, e já está aprovado o requerimento de urgência. Vamos trabalhar para que seja votada nesta semana", destacou Padilha.

No Senado, um dos focos do Executivo é a tributação das apostas esportivas. "Temos dialogado com o presidente do Senado [Rodrigo Pacheco (PSD-MG)] para a necessidade de votarmos o mais rápido possível. Vamos trabalhar para que seja votada nesta semana na CAE [Comissão de Assuntos Econômicos] e vermos se vai para o plenário nesta ou na próxima semana. Temos até o fim de novembro para concluir essa aprovação", completou o ministro.

Outro tópico da reunião desta terça (31) com os líderes de partidos aliados na Câmara são as pautas relacionadas à transição ecológica. "O mercado de carbono já foi aprovado no Senado e está na Câmara. Vamos tratar disso amanhã. A ideia é aprovar antes mesmo da COP 28", prevê. A Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 28) será em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, com início marcado para 30 de novembro.

O Executivo vai trabalhar, ainda, para que propostas que levem à queda de arrecadação não passem no Congresso. "Vamos trabalhar para impedir qualquer aprovação de pautas que desequilibram orçamento neste momento e rompem com o esforço de consolidar o equilíbrio macroeconômico no país. O presidente é contrário a qualquer projeto no Congresso Nacional que venha a gerar desequilíbrio do orçamento do país", concluiu.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/lula-discute-pautas-para-aumentar-arrecadacao-com-aliados-na-camara-nesta-terca-30102023>

Pressionado por meta fiscal, Haddad monta 'força-tarefa' com centrão

Gabriela Vinhal e Carolina Nogueira Do UOL e
colaboração para o UOL, em Brasília 31/10/2023 04h00

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), vai ter uma agenda intensa de negociações com o centrão para aprovar propostas econômicas como a **reforma tributária**, o orçamento para 2024 e a tributação das offshores e do fundo dos super-ricos. O governo tem pressa para arrecadar mais e tentar zerar o déficit nas contas públicas.

Haddad está pressionado e tem pouco tempo para passar esses projetos pelo Congresso. Ele vai participar pessoalmente dos acordos.

O ministro se reúne com lideranças do centrão da Câmara em um café da manhã no Palácio do Planalto e deve ir a um almoço na residência oficial, do qual também vai participar o presidente da Casa, o deputado federal Arthur Lira (PP-AL).

O Congresso ainda não votou a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para 2024 nem a LOA (Lei de Orçamento Anual). A expectativa era que as diretrizes para o orçamento do ano que vem fossem votadas na Comissão Mista do Orçamento ainda nesta semana para ir ao plenário na semana que vem. No entanto, a reunião para apresentação do relatório nem foi convocada.

Parlamentares dizem nos bastidores que o governo Lula estaria atrasando a votação da LDO para tentar garantir a aprovação de todos os projetos do pacote econômico.

Haddad tem a árdua tarefa de aumentar a arrecadação, equilibrar as contas e alcançar a meta fiscal. Ontem, em entrevista à imprensa, ele admitiu que as receitas não estão chegando na velocidade que o governo esperava.

Lula, no entanto, já disse que o equilíbrio fiscal não pode ser atingido com o corte de obras essenciais para a retomada do crescimento. O mercado reagiu mal a essa fala do presidente.

Outra dificuldade é que, apesar de ter feito uma **reforma ministerial**, o governo ainda é alvo de críticas das bancadas, insatisfeitas com a demora no pagamento de emendas parlamentares e desejosas de

mais espaço na Esplanada dos Ministérios.

Deputados ainda precisam analisar os projetos que alteram a tributação das empresas que recebem benefícios fiscais do ICMS e põem fim à isenção dos JCP (juros sobre o capital).

De acordo com o projeto enviado pelo governo ao Congresso, a expectativa de arrecadação é de R\$ 35,3 milhões sobre os incentivos para investimentos e R\$ 10,4 milhões com os JCP.

Nesta terça-feira (31), Haddad deverá encontrar os líderes e Lira para discutir os incentivos para investimentos. Inicialmente, a proposta foi enviada como medida provisória, mas a falta de acordo sobre o rito de tramitação das MPs e a resistência dos parlamentares em discutir o tema pressionaram o governo a enviar um projeto de lei com urgência constitucional.

A votação do projeto de lei dificulta a arrecadação do governo, já que a proposta só será válida após 90 dias contados da aprovação no Congresso. Se fosse como medida provisória, teria validade a partir da publicação.

Precisam ser aprovados até o fim do ano a proposta da **reforma tributária**, o projeto que tributa os fundos dos super-ricos e offshores e o texto sobre os **impostos** nas apostas esportivas (as chamadas bets).

No Senado, a expectativa é que a **reforma tributária** seja votada em 7 de novembro. Depois, o texto irá ao plenário -segundo o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), deverá ser votado até 9 de novembro.

Por se tratar de uma PEC (proposta de emenda à Constituição), ela tem que ser votada em dois turnos e conseguir ao menos 49 votos dos 81 senadores.

O Senado também tem dado recados de insatisfação contra o governo. Nas últimas semanas, houve a aprovação do marco temporal, contrário aos interesses do governo, e a rejeição do indicado de Lula à DPU (Defensoria Pública da União).

Até governistas veem dificuldade em conseguir os 49 votos necessários para passar os projetos. Mas, ao

menos, a **reforma tributária** é tida como uma pauta de interesse nacional e com adesão entre as lideranças.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/10/31/haddad-faz-forca-tarefa-com-centrao-por-propostas-economicas-no-congresso.htm>

Situação fiscal é principal fragilidade e não basta estabilizar déficit, diz economista do Santander

Por Mariana Ribeiro, Valor - Madri*

31/10/2023 08h45 Atualizado há 24 minutos

A economista do Santander Brasil, Ana Paula Vescovi, afirmou que, embora diferentes fatores macroeconômicos estejam favorecendo o país atualmente, a situação fiscal permanece sendo a principal fragilidade. De acordo com ela, não basta estabilizar o déficit, já que o país precisaria de um superávit primário acima de 1% do Produto Interno Bruto (**PIB**) para estabilizar a dívida pública.

"O atual governo tem um plano de ajuste fiscal assentado na recuperação de receitas", lembrou a jornalista durante a conferência internacional do Santander, em Madri (Espanha). É necessário um aumento significativo de receita para que o déficit primário, estimado em 1% em 2023, comece a se estabilizar com o tempo, acrescentou.

Entre os fatores que têm atuado como suavizadores do atual ciclo de política monetária, Vescovi citou o alto nível das exportações, de investimentos estrangeiros diretos e das reservas internacionais, além do fato de 95% da dívida pública ser em reais.

A economista espera que a **inflação** siga em trajetória favorável até o fim de 2024. O Santander projeta IPCA acumulado de 4,6% em 2023 e 3,8% em 2024.

Isso deve permitir que o Banco Central (BC) siga o processo de redução da taxa básica de juros, embora o ritmo dependa da condução da política monetária nos EUA, completou. O Santander projeta Selic em 9,5% ao ano ao fim de 2024.

"Temos no cenário-base a manutenção das reformas, inclusive acreditamos que o Brasil vai aprovar a **reforma tributária** neste ano", disse. "Será um ganho muito grande em termos de produtividade e que pode ajudar o **PIB** potencial." Ela citou ainda como fatores positivos a aprovação do novo marco de garantias e o mercado de carbono.

A estimativa para o **PIB** de 2023 fica "entre 2,5% e 3%", afirmou. Para o próximo ano, é de 1%.

* A repórter viajou a convite do Santander

Site:

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2023/10/31/situacao-fiscal-e-principal-fragilidade-e-nao-basta-estabilizar-deficit-diz-economista-do-santander.ghtml>

A tribulação de Haddad (Editorial)

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tinha uma tarefa difícil de ser cumprida nesta segunda-feira: convencer o País de que o governo ainda tem como meta zerar o déficit fiscal em 2024. Bem que ele tentou, mas o presidente Lula da Silva tornou seu trabalho impossível.

Como reafirmar um compromisso sobre o qual já havia muito ceticismo sem desautorizar o chefe? Havia pouquíssimas formas de fazê-lo de maneira convincente, mas a convocação de uma entrevista, logo após uma reunião entre Haddad e o presidente, alimentou expectativas.

Esperava-se de Haddad que dissesse que Lula não escolheu bem as palavras ou foi mal interpretado. Não seria o primeiro nem o único ministro da área econômica a fazê-lo. O que se viu, porém, foi bastante constrangedor. Depois de um fim de semana de silêncio, Haddad ainda achava que poderia tergiversar.

Primeiro, chegou ao Ministério acompanhado dos economistas Paulo Picchetti e Rodrigo Alves Teixeira, nomes indicados para a diretoria do Banco Central (BC). Numa segunda-feira normal, este seria um tema de muito interesse da imprensa.

Não era o caso.

Depois de apresentá-los, o ministro passou a meia hora seguinte a repetir a importância de medidas para recuperar a arrecadação e a lamentar decisões do Congresso, do Judiciário e de governos anteriores que contribuíram para erodir a base fiscal. Sem corrigi-las, não seria possível elevar as receitas - e este, segundo Haddad, teria sido o contexto no qual Lula se baseou para reduzir a importância do déficit zero.

Claro que não colou. Incisivamente questionado pelos jornalistas sobre a meta fiscal do ano que vem, o ministro passou a responder às perguntas com ironia e irritação. Por fim, referiu-se à meta de déficit zero como "minha meta" e encerrou a entrevista no momento em que foi instado a explicar claramente o que queria dizer com isso. Não respondida, a dúvida era pertinente: afinal, a meta fiscal de Haddad é a meta fiscal de Lula?

O ministro pode ter a meta que quiser, desde que esteja combinado com seu chefe. Do contrário, não será uma meta crível. Desde sempre, todos sabiam, inclusive dentro do governo, que a meta de déficit zero era utópica, e nunca ficou claro como Haddad

pretendia reverter o rombo das contas públicas em tão pouco tempo sem anunciar medidas estruturais para aumentar **impostos** ou reduzir os gastos públicos.

Que a base fiscal do governo tem sido corroída nos últimos anos não é segredo para ninguém. A maior evidência disso é que as receitas não têm acompanhado o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**). O superávit pontual atingido em 2022 não teria sido alcançado se não fosse a disparada das cotações do petróleo.

As despesas, por outro lado, têm subido de forma constante nos últimos anos e tiveram um impulso extra, muito além do necessário para recompor o Orçamento destruído pelo então presidente Jair Bolsonaro, na emenda constitucional da transição - e isso no primeiro ano de mandato de Lula, período preferencial para os governantes adotarem medidas mais austeras.

Atingir o déficit zero era impossível.

O que todos queriam saber é se Haddad ainda contava com o respaldo político do presidente para perseguir ativamente a meta e defendê-la. Sua irritação demonstrou que não.

O incômodo do ministro é compreensível, mas ele terá de começar a se acostumar.

As enfáticas perguntas dos repórteres, que Haddad não gostou, voltarão a ser feitas pelo setor produtivo, pelos investidores e pelos parlamentares.

Durante a entrevista, o dólar voltou a se valorizar ante o real, a despeito da onda de enfraquecimento da moeda norteamericana no exterior; o Ibovespa caiu, descolado da alta registrada nos mercados internacionais; e os juros futuros continuaram a subir, embora seja esperado que o Banco Central anuncie uma nova redução dos juros amanhã. Não foi um movimento meramente especulativo, mas demérito do desacreditado Haddad.

Não é improvável que deputados e senadores, ao discutirem a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, se sintam à vontade para propor a alteração da meta à revelia do ministro. Mas, se hoje Haddad sangra em praça pública, a culpa não é das perguntas incisivas da imprensa.

É da sinceridade irresponsável do presidente da

República

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

O déficit zero e os tropeços - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

Um Fernando Haddad irreconhecível chegou na entrevista coletiva de ontem. "Querida, faça o seu trabalho", disse a uma jornalista que estava fazendo o seu trabalho. O ministro passaria os 30 minutos da entrevista tentando fugir da pergunta sobre a fala do presidente Lula de que a meta fiscal não será zero. Ele se referiu a vários problemas existentes, a um que tem solução já encaminhada, e os transformou nos motivos pelos quais Lula disse o que disse. Na verdade, Lula criou um problema ao declarar que a meta não seria zero. Eles podem ter superado esse mal-estar, mas a explicação de Haddad não convenceu. Haddad escolheu um caminho árduo e tem travado um combate duro para corrigir distorções tributárias, fechar brechas pelas quais as empresas deixam de pagar **impostos**, propor suspensão de benefícios fiscais **inaceitáveis**. E desta forma ir aumentando a arrecadação, sem ter que simplesmente elevar a alíquota dos **impostos**.

O problema é que ele quis atribuir à fala do presidente Lula, na sexta-feira, que a meta fiscal de 2024 não será zero a esse cipoal de privilégios e distorções tributárias. Foi uma declaração descuidada de Lula. Ele só poderia ter dito o que disse se em seguida afirmasse que, em conversa com o ministro Fernando Haddad e a equipe econômica, chegou à conclusão que a meta que está no Orçamento é inatingível e, portanto, estava mandando uma emenda modificativa para o Congresso com a nova meta. Sobre economia, presidentes não improvisam e não deixam dúvidas no ar.

O erro foi do presidente Lula. O ministro Fernando Haddad quis reorganizar a fala do presidente e afirmou que ele se referia a essa perda de arrecadação provocada por decisões anteriores do Legislativo (a lei complementar 160) e do Judiciário, no caso da retirada dos incentivos de ICMS da base de cálculo dos **impostos** federais. Com a decisão tomada em maio pelo STJ, este problema caminha para a solução. A MP1185 apresentada pelo governo fecha a brecha pela qual este ano estão saindo R\$ 200 bilhões dos cofres públicos.

O que Haddad disse é verdade: tem havido erosão da base tributária por uma série de benefícios dados às empresas ou arrancados por elas através de

intermináveis ações judiciais. E sim, este ano a arrecadação está caindo. Não é apenas por isso. A arrecadação caiu até por bons motivos, um deles foi a deflação dos IGPs. A queda da **inflação** é boa para a economia, mas reduz a receita do governo.

Tudo o que Haddad falou é correto, mas nada do que disse explica a fala do presidente. Não foi por isso que Lula disse que o déficit não seria atingido. Ele estava refletindo uma disputa interna no governo, desde que Haddad estabeleceu essa meta e mostrou disposição para continuar perseguindo-a. Aliás, o ministro repetiu o seu compromisso:

-A minha meta está estabelecida, eu vou buscar o equilíbrio fiscal com medidas justas.

Um caso que ele contou de "uma empresa de cigarros" é mesmo escandaloso e mostra um problema real contra o qual o ministro deve mesmo se dedicar. Essa empresa teria pedido na Justiça, e ganhado, um crédito de PIS/Cofins de R\$ 4,8 bi. Ele explicou o que isso significa.

- Os consumidores pagaram o imposto, a empresa recolheu, e agora a Justiça mandou devolver a ela o dinheiro que, na verdade, não foi pago por ela e sim pelos consumidores.

Realmente um absurdo. No mundo inteiro empresas de cigarros pagam mais e não menos **impostos**. O ministro chamou de "devolução" o que de fato é. Ainda que a Receita não entregue dinheiro à empresa, ela poderá deixar de pagar **impostos** com base nesses créditos. O que fere os cofres públicos do mesmo jeito.

Tudo isso é sério, grave e verdadeiro. Tem sido parte do trabalho de Fernando Haddad tornar o sistema tributário menos injusto. Ele avança a cada vitória. Na semana passada, a Câmara aprovou a mudança, proposta por ele, que altera a forma de cobrança de tributo dos fundos exclusivos e offshore. Os muito ricos passarão a pagar imposto que nunca pagaram.

O problema é que não foi esta a fonte de irritação do ministro nesta segunda-feira. Também não foi esta a razão que levou o presidente Lula a falar que a meta não será cumprida. O correto teria sido anunciar, ao lado de Haddad, a nova meta. Teria havido menos ruído. Até porque, o governo está de fato derrubando o

déficit. Mas o governo se atrapalhou inteiro, criando problema para si mesmo.

Haddad tentou justificar a fala deLula, mas, sobre economia, presidentes não improvisam e não deixam dúvidas no ar

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo?token=1e7a469a6fb0428000005>

Lula vai à base buscar saídas para arrecadação

Renan Truffi, Fabio Murakawa e Lu Aiko Otta

Depois de criticar a meta fiscal e surpreender deputados e senadores, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai se reunir hoje com líderes e presidentes de partidos que compõem a base do governo na Câmara dos Deputados. O governo nega que o encontro seja uma tentativa de Lula baixar a temperatura política, mas admite que uma das ideias é pedir ajuda dos congressistas para aprovar projetos que ampliam a arrecadação e fazem "justiça tributária", como é o caso da medida provisória (MP) que trata da subvenção do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

O motivo é que o governo estima que deixará de arrecadar R\$ 70 bilhões neste ano em Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), porque empresas estão abatendo da base de cálculo desses tributos justamente as subvenções do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de competência estadual. A redução no recolhimento do IRPJ impacta diretamente os cofres dos Estados e dos municípios, pois o tributo alimenta os Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios (FPE e FPM).

Esse é um dos argumentos que a equipe econômica tem utilizado nas conversas com integrantes do Congresso. Pela MP, as subvenções estaduais para investimentos são preservadas, mas não na forma de dedução. Na prática, as empresas passarão a receber um crédito tributário, uma espécie de "voucher".

"A prioridade da pauta com os líderes partidários é a aprovação das medidas que ampliam a arrecadação. Também vamos tratar de discutir a MP 1.185", admitiu o ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha (PT), em coletiva de imprensa.

Neste ano, Estados e municípios já precisaram de socorro financeiro de R\$ 15 bilhões. A área econômica acredita que, se a MP não for aprovada, a tendência será de aumento nas perdas do IRPJ e CSLL. Porém, ela tem alertado que não haverá espaço fiscal para repetir o socorro financeiro em 2024. No próximo ano, serão realizadas eleições municipais.

A perda dos R\$ 70 bilhões, fruto de reduções da base de cálculo que chegarão a cerca de R\$ 200 bilhões, decorre de decisões que não foram tomadas pela União. São incentivos fiscais estaduais, concedidos na chamada "guerra fiscal", que provocaram essa queda, informam os técnicos.

Eles têm dito a parlamentares que há invasão de competência, pois decisões sobre o Imposto de Renda deveriam ser tomadas pelo governo federal e pelo Congresso Nacional, e não por governos estaduais. Os técnicos têm afirmado, ainda, que a MP não interfere na competência dos Estados em conceder benefícios fiscais. Ela trata dos impactos deles na base de arrecadação federal.

Além disso, eles asseguram aos deputados e senadores que a MP em nada altera as regras especiais para projetos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que contam com redução de 75% do Imposto de Renda. As bancadas regionais são as que mais se mobilizaram contra a proposta.

A MP sofre oposição também das grandes empresas, que temem aumento de carga tributária com a aprovação da proposta. São potencialmente afetadas cerca de 500 companhias que declaram o Imposto de Renda pelo regime de lucro real. As demais, que estão no lucro presumido ou no Simples, não têm acesso ao abatimento. Esse é outro argumento usado pelos negociadores da Fazenda: a situação atual cria distorção na concorrência, potencialmente beneficiando empresas de maior porte.

A MP 1.185/2023 é a principal aposta do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no esforço de zerar o déficit das contas públicas em 2024. A expectativa é que arrecade R\$ 35,4 bilhões. Nos bastidores da área econômica, a MP é apontada como o "fiel da balança" do resultado fiscal.

Além disso, avalia-se que é preciso conter o avanço das deduções de subvenções. Elas passaram de R\$ 39,3 bilhões em 2017 para R\$ 149,1 bilhões no ano passado. Neste ano, são estimados R\$ 200 bilhões.

O problema da erosão da base fiscal federal provocada pelo impacto de subsídios estaduais

começou em 2017, quando foi aprovada a Lei Complementar 160. Ela equiparou subvenções a investimentos com subvenções a custeio, o que está na raiz das perdas de receitas da União. Essa equiparação estava em uma emenda que foi vetada pelo presidente à época, Michel **Temer**. Porém, o veto foi derrubado. Por isso, há empresas que hoje fazem duplo abatimento de uma mesma despesa cie custeio. É isso que a MP busca evitar.

Padilha aproveitou a coletiva de imprensa ontem para tentar desfazer ainda a "falta de sintonia" entre Haddad e Lula. O motivo é que na sexta-feira, o presidente criticou a proposta de déficit zero para a meta fiscal, o que repercutiu negativamente tanto no mercado quanto no Legislativo.

"O presidente Lula vai reforçar total sintonia entre o governo e a política econômica. Aliás, quem especula de que não há sintonia [entre os dois] vai perder dinheiro de novo. Que tem déficit neste ano, isso está absolutamente contratado. Isso não afeta o equilíbrio macroeconômico", argumentou.

"Prioridade é aprovar medidas que ampliem a arrecadação" Alexandre Padilha

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231030/>

Ministro apresentará cenários a presidente e líderes para tentar salvar déficit zero

Lu Aiko Otta

Normalmente paciente em seus contatos com a imprensa, o ministro Fernando Haddad interrompeu de forma repentina uma entrevista que concedia, depois de ser questionado diversas vezes sobre o compromisso do governo com o déficit zero no ano que vem.

No máximo, o que o ministro conseguiu afirmar é que ele, sim, seguirá perseguindo o equilíbrio fiscal, por ser algo em que acredita, e não por pressão do mercado. "A minha meta está estabelecida."

Não respondeu, porém, o que lhe teria dito o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a respeito do déficit zero na reunião que tiveram na manhã desta segunda-feira (30).

Na sexta-feira passada, o presidente afirmou que o resultado fiscal em 2024 não precisaria ser zero, que um resultado negativo de 0,25% ou 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) seria "nada" e que não pretendia iniciar o ano contingenciando despesas, sobretudo investimentos, para buscar o equilíbrio orçamentário. Procurado logo em seguida para comentar essas afirmações, Haddad passou o fim da semana em silêncio.

Ao falar sobre a reunião de ontem, Haddad informou que levará a Lula e aos líderes partidários um conjunto de medidas cujo encaminhamento ao Congresso poderá ser antecipado, em busca do déficit zero no ano que vem.

As medidas são partes de "cenários" que serão apresentados, a partir da constatação de que as receitas estão com performance abaixo do esperado desde julho, apesar de a economia apresentar crescimento acima do esperado.

Segundo o ministro, há duas razões para a queda nas receitas. A primeira é a decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que mandou excluir o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da base de cálculo das contribuições PIS e Cofins. Adotado em 2017, o entendimento continua repercutindo na arrecadação.

Haddad informou que uma empresa "de cigarros"

obteve autorização para deixar de pagar R\$ 4,8 bilhões em **impostos**. É um tributo que foi pago pelo consumidor e que agora será devolvido à empresa, pontuou. Um "enriquecimento sem causa", comentou.

A segunda razão é o abatimento, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), das subvenções concedidas pelos Estados. Só neste ano, haverá redução da ordem de R\$ 200 bilhões na base de cálculo desses **tributos**.

O freio para esses abatimentos está na Medida Provisória 1.185/2023, que enfrenta forte resistência no Congresso. Um objetivo da reunião com líderes será alertá-los para os prejuízos para os cofres públicos. Aprovar a MP é prioridade de Haddad. Com impacto estimado em R\$ 35,4 bilhões em 2024, a proposição é vista como o fiel da balança do déficit zero no ano que vem.

Como mostrou o Valor, o governo encaminhou um projeto de lei com igual conteúdo da MP 1.185. No entanto, o esforço de Haddad é para que seja votada a MP, pois a segunda opção obrigaria ao cumprimento de noventa e reduziria o impacto fiscal em 2024.

Pelo cenário mostrado pelo ministro, a avaliação de Lula e dos líderes partidários sobre os cenários a serem apresentados pela área econômica ditará a sorte da meta de déficit zero em 2024.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20231030/>

Lojistas usam subterfúgios para burlar imposto

Adriana Mattos

Lojistas chineses que vendem em plataformas estrangeiras já criaram formas de burlar as novas regras de importação usando o mecanismo do Remessa Conforme, criado pelo governo com o intuito de reduzir brechas na lei e elevar a arrecadação.

A **Receita Federal** foi alertada por varejistas nacionais sobre as fraudes recém-criadas, e que são combinadas entre lojas e compradores por meio dos "chats" nos marketplaces e do WhatsApp, apurou o Valor.

Em nota, o órgão afirmou ontem que situações de descumprimento da legislação pelas empresas certificadas ao programa estão sendo monitoradas, e foram "devidamente comunicadas a essas empresas", com prazo para resposta.

O esquema vem sendo oferecido pelos lojistas aos clientes brasileiros de um mês para cá, em mercadorias que custam acima de US\$ 50 (cerca de R\$ 250), segundo fontes. As manobras diferem daquelas que existiam antes do programa do governo exatamente porque se beneficiam das condições definidas no Remessa Conforme.

A intenção é criar subterfúgios que levem os produtos mais caros a entrar na faixa de preço de até US\$ 50, definida no programa. Com isso, o comprador é beneficiado da isenção de imposto de importação de 60% que o Remessa Conforme concede às plataformas desde agosto. É preciso pagar apenas 17% de ICMS, o que torna convidativo para vendedor e comprador entrarem nessa faixa.

Quando a encomenda enviada supera US\$ 50 (incluindo frete e seguro), ela fica fora do Remessa Conforme, e não tem o benefício da isenção. Passa a ser obrigatório o pagamento dos 60%, além de ICMS de 17%, o que leva a uma carga fiscal final de 92,7% - isso porque o imposto de importação compõe a base de cálculo do ICMS.

Há diferentes caminhos possíveis entre os desvios identificados pela reportagem, alguns acertados na surdina - segundo troca de conversas privada entre as partes - e outros apresentados pelo vendedor de forma mais aberta, no próprio anúncio da plataforma.

A reportagem identificou ao menos três manobras, todas envolvendo fraudes no pagamento dos **tributos** por meio da subnotificação do valor da mercadoria.

As negociações acontecem a partir de um anúncio em que o vendedor já sinaliza que aceita negociar algo de forma paralela apenas para compradores do Brasil.

Como a informação de que acertos têm sido feitos tem crescido nas redes sociais e circula em canais de "youtubers", há clientes que já conseguem localizar esses lojistas dentro dos marketplaces. A partir do anúncio na plataforma, é possível chamar o lojista para negociar nos "chats" privados.

Nesses acertos, há, por exemplo, a venda de mercadoria desmembrada em vários anúncios.

Por exemplo, por uma mercadoria de R\$ 600, o cliente tem acesso a um link de um anúncio de R\$ 200 pelo item que o cliente quer, ou um produto inferior. O vendedor envia esse link ao comprador por WhatsApp ou no chat.

O comprador, então, faz três compras no anúncio de R\$ 200, para dar os R\$ 600 da mercadoria, e, com isso fica abaixo dos R\$ 250 (US\$ 50), e se beneficia da isenção.

No fim das contas, o lojista envia ao país três pacotes (relativos às três compras fechadas), mas em apenas um pacote está o item de R\$ 600.0 restante dos pacotes são enviados vazios. Isso tem sido feito em diferentes faixas de preços.

Outro esquema é o uso de cupons ou códigos de desconto. O cliente aplica um cupom enviado pelo vendedor, que reduz o valor da remessa a ser informada à Receita. Para exemplificar: a mercadoria custa R\$ 500, e o cliente paga R\$ 200 no site, após usar o cupom, e fica apto à isenção de imposto. Os R\$ 300 que faltam são pagos por fora, diretamente ao lojista, por meio de plataformas de pagamentos internacionais.

O cupom, inclusive, pode ser usado várias vezes na compra, até atingir o valor final falso acordado entre as partes. Lojistas e consumidores têm uso livre dos chats, o que permite os acordos.

"Há sub faturamento para escapar do imposto, é uma conduta ilícita, um crime"

Jorge Rachid

A troca de informações nos chats segue a política definida em contrato entre lojista e as plataformas, que proíbe infrações a leis locais, mas esse ambiente não é alvo de verificação pelas empresas, segundo dois lojistas brasileiros ouvidos. "São milhares de mensagens todos os dias, é impossível checar tudo", diz um deles.

Jorge Rachid, ex-secretário da **Receita Federal**, com 40 anos de experiência na área, lembra que esses subterfúgios configuram crime de descaminho definido no código penal, com reclusão de um a quatro anos. A lei pode ser aplicada para quem vende ou importa de forma fraudulenta. O descaminho é uma modalidade de sonegação fiscal relacionada a operações aduaneiras.

"Há uma subfaturamento para escapar do imposto, é um conduta ilícita, um crime", diz. "Se a Receita fica a par disso, as áreas de inteligência são acionadas para mapear as irregularidades e devem aprimorar e atualizar os seus controles a essa nova realidade", afirma ele.

Como algumas manobras levam ao envio de pacotes vazios, Rachid lembra que a Receita deve estar mais atenta ao peso das remessas para identificar as fraudes.

Na loja on-line da Xiao Mi 3C Digital Store, no site e "app" do AliExpress, são vendidos dois modelos de amplificadores de sinal wi-fi da Xiaomi. No anúncio, na aba de informações gerais, o vendedor diz que no Brasil agora há a tarifa total de 92% acima de US\$ 50, e pede, então, para que o interessado encomende com ele diretamente.

Esse vendedor tem sua sede na província chinesa de Guang-dong, um dos polos de produção de eletrônicos naquele país.

"Não pague a encomenda, contacte-me para modificar o preço. Vou combinar isso em um pacote e enviá-lo [...] Vou dizer-lhe como encomendar a mercadoria", afirma em recado na página da oferta.

No chat, em conversa privada, o Valor apurou que a loja pede ao cliente que compre duas vezes o modelo mais barato, abaixo de US\$ 50 (com isenção), para totalizar o valor do modelo mais caro. Se o cliente comprasse direto o modelo mais caro, teria cobrança de **impostos**. Esse item, negociado com esse

vendedor, sai por cerca de US\$ 100 (R\$ 500), e no Brasil, o mesmo amplificador custa entre R\$1 mil e R\$ 1,4 mil.

Horas após o Valor procurar a empresa ontem, pelo chat da loja, os anúncios aos brasileiros não estavam mais acessíveis. Procurada, a Xiao Mi 3C Digital Store não respondeu aos contatos.

Outro vendedor citado pelos "youtubers" que chegou a oferecer opções de venda com imposto menor é a AData Official Store, que afirma ser a loja oficial da Adata, fabricante de itens como memória e discos rígidos de Taiwan.

O lojista vendia, na semana passada, também no AliExpress, um SSD de última geração (que armazena dados) com a opção de envio com "baixo imposto comprar x2".

Um dos youtubers que trabalha nesse meio, Fabricio Pereira, do canal "PC do Fafa", com quase 180 mil inscritos, cita em vídeo da semana passada esse anúncio. "No ato da compra tem a opção de pagar menos imposto. Se clicar nela, o vendedor mandaria o SSD de 2 terabytes, que custa mais que US\$ 50", disse. Pereira não afirma que fez a compra, apenas mostra a oferta veiculada.

Esquemas que envolvem a remessa de embalagens vazias acabam aumentando o número de pacotes que passam pelos canais de desembarço da Receita, e podem entrar na contagem do Fisco como sendo uma remessa real.

"Isso pode dar problema, e talvez sejam expulsos ou recebam advertência", diz Pereira no vídeo.

Ontem, o anúncio da loja de produtos da Adata não tinha mais essa opção de compra. Procurado para comentar, o vendedor não se manifestou.

Pereira afirma que maneiras de burlar o imposto são sinal de "desespero" dos lojistas.

"Conversei com alguns vendedores da China pelo chat e eles dizem que foram pegos de surpresa pelo Remessa Conforme. Os brasileiros são os principais compradores deles e eles estão com produtos encalhados e desesperados", diz.

Uma ação comum de lojistas, não entendida pelas plataformas como ilegal, refere-se à venda de produtos de forma fracionada, ou seja, em partes. Vendedores da Shopee e AliExpress já oferecem essa opção (veja na arte ao lado)

Trata-se da venda de equipamentos de saúde,

produtos eletrônicos e de tecnologia de maneira fragmentada, e o comprador monta tudo em casa. Um manual de instruções em chinês é enviado junto com a remessa.

A varejista Hera Medicaí, de Hong Kong, vende flash de câmeras para dentistas em duas partes, e menciona a medida após mudanças nos **impostos** no Brasil, em agosto. A marca opera na Shopee no Brasil e na AliExpress.

Na Shopee, há uma chamada no anúncio a consumidores brasileiros, na cor verde e amarela: "Brasil: ligação com **impostos** baixos". "Primeiro encomende o suporte e pague. E peça as lâmpadas e pague. Desta forma ambos os produtos serão inferiores a US\$ 50".

Na avaliação de um diretor de marketplace estrangeiro, nesse caso, "o vendedor se adapta a uma nova realidade", mas os **impostos** estão sendo pagos em cada peça, afirma ele.

Nas últimas duas semanas, nove vídeos foram divulgados para ensinar a burlar o Remessa Conforme Questionada, a loja afirmou que não acredita que seja algo ilegal, "é uma encomenda em duas partes", afirma. Outra possibilidade, diz o lojista, é comprar cartões presente que são oferecidos por ele e usar como cupom de desconto.

O Fisco já tomou conhecimento de vídeos em redes sociais em que compradores, "youtubers" e comerciantes comentam formas de burlar as regras.

Nas últimas duas semanas, portanto no período em que todas as plataformas asiáticas (AliExpress, Shopee e Shein) já operavam no Remessa Conforme, esses vídeos começaram a ser postados.

São nove com esse teor, apurou o Valor, com títulos como: "O chinês descobriu como burlar o Remessa" , ligado ao site Iuri Indica, ou "Urgente!As novas soluções para burlar o Remessa", do canal Tec-nan, e ainda "Chinês burlou a taxa?", do canal de Daniel Sonnora.

Somados, esses nove vídeos acumulam 326,8 mil visualizações em canais que somam 750 mil inscritos. Há tanto casos de citações mais gerais, como os tipos de fraudes e como se dá o acesso aos lojistas.

Para permanecer no Remessa Conforme, as plataformas têm responsabilidade de fiscalizar os lojistas, sob pena de ter cassada a habilitação ao programa.

O Valor apurou que a Receita já teria alertado o

AliExpress dos problemas, e a plataforma se comprometeu a apertar o cerco.

Procurado, o AliExpress afirma, em nota, que está investigando casos identificados e que as regras da plataforma serão aplicadas, caso se verifique seu descumprimento. Afirma ainda que seu negócio sempre foi focado no desenvolvimento e digitalização do varejo no longo prazo, que mantém "um diálogo aberto e transparente com as autoridades reguladoras" e tem uma "rigorosa política de vendas" que proíbe o desrespeito às leis.

A Shopee informa que segue rigorosamente as regras do Remessa Conforme, exige que lojistas também as cumpram, e promove conteúdos educativos para evitar violações. Afirma que ao tomar conhecimento de qualquer infração, toma as devidas ações como o banimento de produtos e, dependendo da severidade, dos vendedores. Mais 90% dos pedidos no país são de lojistas do Brasil.

A **Receita Federal** informa que situações de descumprimento da **legislação tributária e aduaneira** estão sendo monitoradas pelo órgão e devidamente comunicadas a essas empresas, com prazo para esclarecimento da situação.

Caso se confirme o descumprimento, a empresa deve ajustar para garantir a continuidade no Remessa Conforme, afirma.

Diz que segue aplicando a gestão de risco para as encomendas, para verificar irregularidades, com a consequente aplicação da correta tributação, se preciso. Ainda afirma que há uma parceria entre Receita e empresas certificadas no programa e essas empresas não têm recusado melhorar seus processos de controle.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231030/>

Estimativa piora com crítica do presidente

»»*Rosana Hessel*

Após a declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, minimizando o compromisso de respeitar a meta fiscal, o mercado piorou as projeções para a taxa básica da economia (Selic) de 2024 e 2025. E sinaliza a piora nas estimativas para o resultado primário do próximo ano, chegando a prever rombo de até 1,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Pela nova meta fiscal, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, precisa zerar o rombo fiscal em 2024, mas essa missão é considerada impossível no momento.

A confiança do mercado financeiro no governo, que vem encolhendo desde agosto, deu sinais de piora com as novas projeções do boletim Focus, do Banco Central, e o desempenho da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), que escorregou 0,68%, ontem, para 112.531 pontos.

A mediana das estimativas dos economistas para a Selic de 2024 coletadas no Focus, depois de 11 semanas com perspectiva estável em 9%, subiu para 9,25% ao ano. Mas há analistas que admitem que haverá novas revisões para cima.

As projeções para a Selic, atualmente em 12,75% ao ano, para o fim de 2023 foram mantidas em 11,75%. Ou seja, considera dois cortes pelo Copom, de 0,50 ponto percentual, nesta semana e em dezembro.

Houve leve piora na expectativa de crescimento da economia, em 2023, passando de 2,90% - no Focus da semana passada - para 2,89%, no desta semana.

Para 2024, as estimativas para o crescimento do **PIB** ficaram estáveis em 1,50%.

Perspectivas De acordo com Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, as declarações de Lula tendem a piorar as perspectivas.

"A fala do presidente confirmou uma expectativa do mercado, mas, ao escancará-la, trará dificuldades políticas para um ministro que está emparedado pelo resto do governo e o Congresso, lamentou.

Nicolas Borsoi, economista-chefe da Nova Futura Investimentos, piorou as projeções para o rombo fiscal de 2024 em meio à má repercussão das falas de Lula. "Se no primeiro ano do arcabouço, o governo não vai

realizar os sacrifícios para o cumprimento da meta, é baixa a probabilidade de que nos anos seguintes, especialmente em 2026, que é ano eleitoral, seja seguido", afirmou.

Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), lembrou que como o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024 não foi aprovado pelo Congresso, ainda existe o risco de o governo mudar a meta fiscal. Ela ressaltou que existe um grande problema orçamentário, pois uma série de receitas é incerta - são matérias que dependem de aprovação do Congresso.

Pelas contas que faz, R\$ 168,5 bilhões de R\$ 276,4 bilhões de receitas previstas no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2024 precisam de aprovação do Legislativo (veja quadro acima).

"Se no primeiro ano do arcabouço, o governo não vai realizar os sacrifícios para o cumprimento da meta, é baixa a probabilidade de que nos anos seguintes, especialmente em 2026, que é ano eleitoral, seja seguido"

Nicolas Borsoi, economista-chefe da Nova Futura Investimentos

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5217/31-10-2023.html?all=1>

País cria 211,7 mil vagas

Giulia Luchetta*Especial para o Correio*

O Brasil registrou 211.764 novos postos de trabalho formal em setembro, de acordo com relatório do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) divulgado, ontem, pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O saldo é resultado de 1.917.057 admissões e 1.705.293 desligamentos no mês.

Apesar do resultado positivo, o mês fechou em queda de 23,8% na comparação com setembro do ano passado, quando foram criados 278 mil postos com carteira assinada no país. O desempenho, contudo, superou a expectativa do mercado, que estimava 208,8 mil novas vagas para o período.

No acumulado de janeiro a setembro, foi registrado um saldo positivo de 1.599.918 postos de trabalho nas 27 unidades federativas do país. O dado considerou 17.872.487 admissões e 16.272.569 desligamentos. Os números mostram desaceleração de 26% na oferta de vagas formais, uma vez que, no mesmo período do ano passado, houve criação líquida de 2.179.740 postos de trabalho com registro em carteira.

Durante a apresentação dos dados do Caged, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, manteve a projeção de 2 milhões empregos criados neste ano. Segundo o ministro, "não há motivos para mudar a projeção; se não chegar a 2 milhões, o dado ficará bem próximo disso".

Na avaliação do ministro, apesar de o ritmo de criação de vagas estar menor em relação ao ano passado, o cenário é positivo se comparado ao primeiro ano de outros governos. "Eu vejo como um número bastante positivo em relação aos demais períodos de início de ciclo", disse Marinho, ponderando ainda que o período final de 2023 pode ter características diferentes de outros anos. "É possível. Vamos aguardar, são 90 dias, não há razão para sofrimento, a gente aguarda os resultados", complementou.

Serviços lideram

O setor de serviços, com 98.206 vagas, foi o que mais empregos gerou em setembro. Vieram em seguida o comércio (43.465 postos de trabalho), a indústria (43.214), a construção civil (20.941) e a agropecuária (5.942).

No acumulado dos últimos 12 meses encerrados em

setembro, o saldo total somou 1.433.310 vagas formais, referentes a 22.872.583 admissões e 21.439.273 desligamentos. Conforme os dados do Caged, a quantidade total de trabalhadores com carteira assinada no país alcançou 44.044.343 de vínculos no mês, o que representa um aumento de 0,48% em relação ao estoque existente de agosto.

Salários

O salário médio dos novos contratados foi de R\$ 2.032,07 em setembro, o que representa uma redução de R\$ 8,07 em relação a agosto deste ano (R\$ 2.040,14). Na comparação com setembro de 2022, quando o salário médio estava em R\$ 2.018,15, houve alta de R\$ 13,92. Os números são em valores reais, ou seja, corrigidos pela inflação.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/5217/31-10-2023.html?all=1>

Fora o atraso, Lula está correto (Artigo)

Raul Velloso

Enquanto escrevia outra coluna na sexta passada, onde alardeei, e também discuti em detalhes, a difícil gestão financeira de estados e municípios diante do agudo problema previdenciário que lhes atingiu, acabei lembrando que a União, hoje sob Lula, padece exatamente da mesma enfermidade, mas ninguém fala dos deficits brutais e crescentes dos regimes próprios de previdência em geral. Note que a outra e principal face desse mesmo problema é a desabada dos investimentos em infraestrutura (e, por consequência, do crescimento médio do **PIB**), exatamente o que Lula não quer... Agora, apesar da demora, pelo que tem dito à mídia, parece felizmente já estar acordando para tal problema.

Como também mostrei no outro artigo, o estreitamento do espaço orçamentário dos entes públicos tem ainda uma face pouco conhecida a mais, a do estrago causado por determinados suborçamentos com alto grau de autonomia. Tais segmentos provocaram a expansão dos demais gastos primários, à parte previdência e infraestrutura, o que tornou ainda mais acirrada a disputa por espaço.

Nesses últimos, há os em que os gastos são protegidos por vinculações de receitas, como saúde e educação; e os que estão sujeitos a uma considerável autonomia financeira e administrativa, como é o caso dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública. Sem falar nos gastos com amortizações e juros da dívida herdada. Nesse conjunto, em que pesem as vantagens da autonomia (como os elevados reajustes reais de pisos de professores que se estendem aos aposentados), há inclusive uma grita geral contra terem de pagar suas próprias contas com inativos e pensionistas. Ou seja, uma hora, os segmentos que comandam o processo acabam se digladiando entre si?

Pena não poder divulgar aqui um gráfico que costumo levar debaixo do braço (peça a raulveloso45@gmail.com) que ilustra bem isso. Comparando a estrutura do gasto federal em 1987 (último ano antes da atual Carta Magna) com o último ano sobre o qual consegui levantar as informações relevantes (2021), vê-se que o chamado gasto obrigatório (todos, exceto investimento mais demais correntes discricionárias) havia subido não menos do que de 66,3 para 96,8% do total, algo chocante! Já os 3,2% restantes de 2021 se referiam a investimento (2,3%) e demais correntes (0,9%). Em 1987, esses

dois itens tinham sido de 16% e 17,7%, respectivamente. Daí se deduz o que tenderia de fato a zerar, ou seja, os minguados investimentos.

Voltando à previdência, o problema é comum a todos os entes públicos, e a solução é uma só: equacionar, isto é, zerar, os passivos atuariais em cada um, para abrir espaço para os demais itens, só que muito pouco se tem feito nessa direção. (Para mais detalhes, veja o vídeo que acabo de inserir no canal do INAE, que dirijo, no YouTube, em: <https://www.youtube.com/watch?v=w1UzweoqPI0t=784s>).

Já o "arcabouço" que as autoridades fazendárias fizeram com que Lula aprovasse, basicamente para acalmar os mercados financeiros com algo aparentemente sofisticado, ainda que mais difícil de entender e igualmente tão difícil de cumprir quanto o "teto de gastos" de **Temer**, e que o presidente aparentemente acabará acompanhando, na essência resume-se à pura e simples fixação de metas de resultados primários para a União iguais a zero em 2024; 0,5% do **PIB** em 2025 e 1% do **PIB** em 2026.

Falei disso tudo sem saber ainda da entrevista que Lula ? que pode se atrasar para denunciar, mas não necessariamente deixa de perceber o que é relevante ? finalmente havia dado sobre o assunto. Isso ocorreu na mesma hora em que eu escrevia o outro artigo, e onde ele disse que, por mais que os radicais de sempre o pressionassem, na prática, não zeraria seu deficit primário potencial de 2024 pelo lado do gasto, se isso tivesse de ser feito à custa da destruição dos investimentos em infraestrutura ? hoje já nos menores níveis históricos, conforme eu mesmo explicara no link do YouTube acima indicado.

Lula deu a entender, assim, que abortaria a missão que ele mesmo havia dado a Fernando Haddad e, por tabela, aos criadores do chamado arcabouço fiscal, algo que eu, de tantos anos também vividos em funções públicas nessa área, percebo que será facilmente absorvido por Haddad sem maiores traumas, pois bem que tentou, mas o tal arcabouço fiscal que alguém deve ter lhe enfiado pela goela acabará desaparecendo da mesma forma que o teto de gastos se foi.

Para concluir, penso que Lula deveria sair de toda essa confusão elegendo como efetivamente prioritário o equacionamento previdenciário em todas as esferas de governo, ora executando (União), ora apoiando

(estados e municípios). Dessa forma, poderá dizer que, agora, vai cuidar do assunto do jeito certo e para valer. Penso que ele deveria deslocar seu ministro pau-para-toda-obra, o eficiente Wellington Dias, que acaba de comandar exatamente uma das únicas missões bem-sucedidas de equacionamento previdenciário na última safra de gestões estaduais, no seu Piauí.

»»Raul Velloso Economista

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/impressa/5217/31-10-2023.html?all=1>

Ações contra União representam risco de R\$ 4 tri, calcula Tesouro

AMANDA PUPO FERNANDA TRISOTTO

Em relatório, o Tesouro Nacional chamou a atenção para o ritmo de crescimento das ações judiciais contra a União.

O último dado, de setembro deste ano, aponta que as ações de risco "provável" e "possível" para os cofres do Tesouro somavam cerca de R\$ 4 trilhões.

Desse volume, a maior parte (71,2%) se refere a processos de risco classificados como possível, enquanto 28,8% de ações são vistas como de perda provável.

No documento, intitulado Relatório de Riscos Fiscais da União, o Tesouro observa que houve "aumento significativo" no montante de processos de risco possível em razão, basicamente, de três grandes ações: a reforma da Previdência realizada em 2019, o processo da chamada "revisão da vida toda" na aposentadoria e a discussão relativa à correção monetária do FGTS.

O aumento das demandas judiciais que representam risco fiscal para a União não é o único destaque. O Tesouro também observou um crescimento da materialização desses riscos. Enquanto a média de pagamentos referentes às ações judiciais entre os anos de 2015 e 2023 soma R\$ 43,9 bilhões, para o ano de 2024, em termos nominais, a estimativa é de que alcance R\$ 66,9 bilhões (crescimento de mais de 52% em relação à média), representando aproximadamente 3% das despesas primárias.

"Na mesma linha, o pagamento com ações judiciais, como parcela do **PIB**, vem alcançando patamares cada vez mais significativos. Durante o ano de 2015, se observavam percentuais ao redor de 0,5% do **PIB** com esse tipo de despesa, chegando ao ápice de 0,7% do **PIB**, em 2020", aponta o órgão.

O Tesouro alertou que essa trajetória ascendente das sentenças judiciais se revela como um "elemento importante de ameaça ao equilíbrio fiscal brasileiro", impactando diretamente as principais regras fiscais.

"Considerando que o efeito das sentenças judiciais afeta diretamente o resultado primário, seja pelo aumento de despesa, seja pela perda de receita, a sua

trajetória ascendente revela-se como elemento importante de ameaça ao equilíbrio fiscal brasileiro, impactando diretamente as principais regras fiscais, como o limite de despesas e a própria meta de resultado primário", destacou.

Ainda segundo o órgão, os valores mais expressivos das demandas judiciais de risco provável e possível se referem às ações judiciais contra a administração direta, que nos últimos dois anos têm ultrapassado o montante das ações judiciais de natureza tributária (contra a União), e representam cerca de 40% desse tipo de processo.

PRECATÓRIOS. As condenações feitas contra a União se tornam, em certo momento do processo judicial, um precatório devido pelo poder público.

A evolução dessa dívida pela União mobilizou o governo Bolsonaro e o Congresso a aprovarem a chamada PEC dos Precatórios em 2021. As normas estabelecem, até 2026, um limite para alocação desse tipo de despesa na proposta orçamentária de cada exercício financeiro.

"As despesas destinadas a sentenças judiciais e precatórios vêm apresentando expressivo crescimento nos últimos anos, passando a responder por parte considerável das despesas primárias do governo central", diz o Tesouro, lembrando que, em razão da PEC, estima-se que o passivo acumulado até 2027 seja de R\$ 199,9 bilhões, ou 1,4% do **PIB**.

Para tentar lidar com essa "bola de neve", o governo Lula recentemente pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que derrube as normas aprovadas em 2021, e defendeu proposta que alteraria definitivamente a forma como parte dos pagamentos de precatórios são computados na contabilidade federal. Por essa alternativa, a equipe econômica espera quitar cerca de R\$ 95 bilhões da fatura de precatórios acumulada desde a aprovação da PEC.

Conta maior

R\$ 66,9 bi é a média de pagamentos de ações judiciais previstos para 2024 pelo Tesouro 52% é o aumento em relação à média de pagamentos de ações judiciais do período de 2015 a 2022 R\$ 199,9 bi é o passivo da PEC dos Precatórios até 2027

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Mercado vê nova redução de 0,5 ponto na taxa Selic

MARIANNA GUALTER, DANIEL TOZZI e EDUARDO RODRIGUES

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) se reúne hoje e amanhã para definir a nova Selic, a taxa básica de juros da economia. O mercado é unânime ao prever um corte de 0,5 ponto percentual, o que levaria os juros dos atuais 12,75% para 12,25% ao ano.

Os analistas veem a barra agora um pouco mais alta para o BC acelerar esses cortes, por conta principalmente da questão internacional, um pouco mais instável após o início da guerra entre Israel e o Hamas.

Esse cenário ainda recebeu, na sexta-feira, um novo ingrediente, quando o presidente Lula disse que não faz sentido o Brasil perseguir uma meta de déficit fiscal zero em 2024.

Pesquisa feita pelo Projeções Broadcast mostra que todas as 57 instituições consultadas apostam no corte de 0,5 ponto esta semana. Em relação à reunião que será realizada em dezembro, 55 também projetam outra queda de 0,5 ponto, enquanto duas preveem um corte um pouco maior, de 0,75 ponto. A mediana das respostas indica uma Selic de 11,75% no fim deste ano. No fim do atual ciclo de cortes, a projeção é de uma taxa de juros de 9%.

Para Maurício Une, economista- chefe do Rabobank Brasil, o ambiente externo é o principal elemento que limita as chances de cortes mais profundos.

"A guerra Israel-Hamas traz certa tensão para o mercado de petróleo global." O economista prevê manutenção dos cortes de 0,5 ponto durante o início de 2024, seguidos por uma desaceleração para reduções de 0,25 ponto a partir do segundo trimestre do ano. Os cortes menores devem durar até a primeira reunião do Copom de 2025, quando o ciclo deve terminar com Selic em 9%, projeta. O Rabobank prevê alta de 4,8% para o IPCA em 2023, desacelerando para 3,9% em 2024.

A economista para o Brasil do BNP Paribas, Laiz Carvalho, prevê cortes de 0,5 ponto na taxa Selic nas duas últimas reuniões do ano, mas antevê aceleração do ritmo para 0,75 ponto a partir da reunião de janeiro.

Ela avalia que o cenário de **inflação** doméstica continua bem comportado e que as incertezas do cenário global deverão se dissipar, permitindo um corte maior no juro. "O IPCA- 15 mostrou que a **inflação** continua desacelerando. Não fosse o cenário global incerto, teríamos mais discussões sobre a aceleração dos cortes." O BNP prevê cortes de 0,75 ponto até a reunião de maio de 2024, seguidos de duas reduções de 0,5 ponto nos encontros de junho e julho, levando a uma Selic de 8,5% no final do ciclo.

META FISCAL. Apesar da forte reação do mercado à fala do presidente Lula, que praticamente jogou a toalha sobre o cumprimento da meta de déficit zero em 2024, a percepção de maior leniência com o déficit nas contas públicas não deve alterar a comunicação do Copom nesta semana. Na avaliação de economistas consultados pelo Estadão/Broadcast, o colegiado já deu o seu recado sobre o fiscal e deve mantê-lo inalterado amanhã.

Para o economista-chefe da Warren Rena, Sérgio Goldenstein, a sinceridade de Lula não altera o jogo do Copom, que já vinha considerando o risco fiscal em seu cenário. Ele lembra que o próprio mercado nunca acreditou em um resultado primário zero no próximo ano, já que o consenso do Boletim Focus até piorou, de 0,75% para 0,78% do **PIB**, conforme divulgado pelo BC ontem.

Haddad anuncia dois novos nomes para a diretoria do BC O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou ontem os dois novos indicados do governo Lula para a diretoria do Banco Central. O economista Paulo Picchetti, da Fundação Getúlio Vargas, vai substituir a atual diretora Fernanda Guardado, de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos.

Rodrigo Teixeira ficará na diretoria de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta, no lugar de Maurício Moura. Teixeira é funcionário de carreira do BC e foi secretário de gestão de Haddad na prefeitura de São Paulo. O ministro disse que ele vai ajudar no processo de reestruturação da carreira do BC.

Sobre Picchetti, ele disse que o economista da FGV tem conhecimento e repertório "a toda prova" dos

principais indicadores de inflação.

Os indicados devem ser sabatinados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado e aprovados pelo plenário da Casa. | ADRIANA FERNANDES e MARIANA CARNEIRO/ BRASÍLIA

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Haddad anuncia novos diretores do Banco Central

RENAN MONTEIRO E ALVARO GRIBEL (Colaborou Vitorda Costa)

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou ontem dois novos diretores para o Banco Central (BC), que devem assumir em 12 de janeiro de 2024. Paulo Picchetti e Rodrigo Alves Teixeira foram indicados, respectivamente, para a diretoria de Assuntos Internacionais e Gestão de Riscos Corporativos e para a de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta.

Eles assumem no lugar de Fernanda Guardado e Maurício Moura, indicados na gestão de Jair Bolsonaro.

Com os novos nomes, serão quatro diretores nomeados pelo presidente Lula no total de nove cadeiras na cúpula do BC, contando o presidente, Roberto Campos Neto.

- Eu fico extremamente gratificado por ter sido o mediador desse convite, com a certeza absoluta de que são pessoas com uma grande contribuição a dar para o Banco Central -disse Haddad.

Os indicados ao BC devem ser sabatinados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado e aprovados pelo plenário da Casa.

-São dois nomes que contam com apoio do presidente (do Banco Central, Roberto Campos Neto), que vai acolhê-los da melhor maneira possível na instituição. Nossa interlocução tem sido aperfeiçoada ao longo do tempo, penso que continuaremos em um momento de muita troca de informações, impressões e conhecimentos -declarou Haddad.

Picchetti é mestre em Economia pela Universidade de São Paulo e doutor em Economia pela Universidade de Illinois. Atualmente, trabalha como professor na Escola de Economia de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EESP). Ele coordena o índice de Preços ao Consumidor - Semanal (IPC-S) na FGV e acompanha a **inflação** há bastante tempo. Foi coordenador de índice de preços na Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

NOMES BEM RECEBIDOS

Já Teixeira é servidor de carreira do BC com mais de 20 anos de casa. Ele tem graduação, mestrado e doutorado em Economia pela Universidade de São Paulo (USP) e, desde janeiro, atua como secretário especial adjunto de Análise Governamental na Casa Civil.

Teixeira também trabalhou como vice-secretário municipal e chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão de São Paulo, entre 2013 e 2015, período em que Haddad estava à frente da prefeitura.

-Paulo Picchetti é responsável há muitos anos pelos principais indicadores de **inflação** do país, é uma pessoa com um repertório acadêmico considerável e um conhecimento da área à toda prova. E o Rodrigo é uma pessoa que me ajudou muito na Prefeitura de São Paulo, com reestruturação de carreiras. Uma pessoa que vai poder junto ao BC fazer uma mediação necessária com o governo federal neste momento - afirmou Haddad.

Há duas semanas, Haddad se reuniu com o presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e adiantou o perfil técnico dos indicados. Pacheco sinalizou que daria celeridade ao processo das indicações.

Apesar de o Senado ter rejeitado na quarta-feira a indicação de Igor Roque para o comando da Defensoria Pública da União (DPU), as indicações ao BC não devem correr o mesmo risco.

Ontem, o ex-presidente do BC Arminio Fraga afirmou que as indicações dos dois novos diretores do BC foram bem recebidas.

O estrategista-chefe do Banco Mizuho, Luciano Rostagno, concorda que os nomes devem ser bem recebidos pelo mercado, apesar de a reação inicial ter sido ofuscada pelas discussões a respeito da meta fiscal.

- Havia a expectativa de que os nomes indicados fossem claramente com um viés mais do vish, favoráveis a cortes mais agressivos de juros, mas não se confirmaram essas expectativas. Ao mesmo tempo, o mercado ainda não sabe o que esses dois indicados pensam sobre política monetária. Agora, o mercado

deve buscar opiniões no passado para traçar o perfil desses membros do Copom.

CONTRA O CORTE DA SELIC

Fernanda Guardado e Maurício Moura, que estão deixando o BC, votaram contra a redução de 0,50 ponto percentual da taxa de juros em agosto - a primeira queda em cerca de três anos.

A diretoria de Relacionamento e Cidadania supervisiona a conduta das instituições financeiras, olhando, por exemplo, para o relacionamento com clientes e o cumprimento das normas vinculadas a riscos financeiros. Cabe também ao titular coordenar as atividades de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. Outra função é ser o braço da comunicação do Banco Central, inclusive no relacionamento com a imprensa e os poderes públicos.

Já a diretoria de Assuntos Internacionais é o braço do BC responsável pela avaliação da conjuntura internacional. O titular representa a instituição em organismos internacionais e busca a inserção internacional da autarquia. Pode, por exemplo, propor acordos de cooperação técnica a serem firmados com outros bancos centrais e organismos. Cabe também ao titular acompanhar os riscos e o impacto da política cambial, monetária, da aplicação das reservas internacionais e demais operações da instituição.

Diretoria da instituição passa a ter apenas uma mulher

Com a indicação dos novos diretores do Banco Central, a cúpula da autarquia será composta por apenas uma mulher: Carolina de Assis Barros, diretora de Administração, que ficará no cargo até o fim de 2024. Fernanda Guardado (de Assuntos Internacionais) será substituída por Paulo Picchetti.

Em toda a história do BC, apenas cinco mulheres ocuparam cadeiras na diretoria. Além de Carolina e Fernanda Guardado, Maria Celina Arraes, Fernanda Nechio estiveram à frente da diretoria de Assuntos Internacionais, e Tereza Grossi foi diretora de Fiscalização. (Eliane Oliveira)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/oglobo?token=1e7a469a6fb0428000005>

Uma formação um pouco mais moderada no Copom

Alex Ribeiro

Os novos nomes indicados pelo presidente Lula para o Banco Central (BC), em conjunto, devem levar a uma formação um pouco mais moderada dentro do Comitê de Política Monetária (Copom). A correlação de forças muda não só pelos nomes indicados, mas porque quem sai estava majoritariamente alinhado à ala conservadora.

A mudança, porém, não provoca um esvaziamento do comando do presidente do BC, Roberto Campos Neto, que deverá seguir como o centro de gravidade do Copom até o fim de seu mandato, em pouco mais de um ano.

Indicado para a Diretoria de Assuntos Internacionais do BC, Paulo Picchetti é um economista respeitado por seus pares. É um antigo amigo do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Vai substituir Fernanda Guardado, que, nos momentos de divisão dentro do Copom, votou por juros maiores. Muitos analistas de mercado consideram que Guardado é, talvez, a integrante mais conservadora do comitê.

Já o servidor de carreira Rodrigo Teixeira, que vai substituir Maurício Moura na Diretoria de Relacionamento Institucional, tem uma formação econômica não ortodoxa. Moura se alinhou, nas reuniões do Copom de junho e agosto, ao grupo conservador.

A tese de doutorado de Teixeira na USP tem como título "Dependência, desenvolvimento e dominância financeira: a economia brasileira e o capitalismo mundial". O trabalho revisita teorias como a da dependência e as escolas marxistas em busca de explicação para o baixo crescimento do Brasil. Ele é professor da PUC-SP, em geral alinhada ao pensamento não ortodoxo. A PUC-SP ganha cada vez mais destaque na composição do Copom, que já tem Gabriel Galípolo, diretor de política monetária.

Apesar da proximidade com Haddad, participantes do mercado que conhecem Picchetti acham que ele adotará um estilo técnico nos votos nas reuniões do Copom. Poucos, porém, procuram arriscar se ele vai se alinhar aos conservadores ou moderados.

O ex-diretor de polícia econômica do BC Fabio Kanczuk fez alguns trabalhos acadêmicos com Picchetti, há cerca de 20 anos. "Ele é inteligente, ótimo econo-metrista", diz Kanczuk. "Não diria que vai ficar de um lado ou de outro, "hawk" ou "dove". É muito a cabeça do modelo, do que os dados estão dizendo a cada momento, e menos uma visão de mundo definida de antemão."

Para Kanczuk, a entrada de Picchetti muda a correlação de forças apenas porque está substituindo Guardado, que de forma consistente tem ficado do lado conservador. "A proximidade do Paulo com o Haddad não compromete em nada a sua atuação no BC, ele vai fazer o que acha que deve ser feito", afirma Kanczuk.

A interlocutores, Haddad disse que ele, Picchetti e o ex-diretor do Banco Central Alexandre Schwartzman eram muito próximos no passado distante, mas com o tempo perderam contato.

Outros analistas dizem que sua expertise sobre **inflação** - Picchetti é um dos pioneiros no estudo dos núcleos de **inflação** e foi coordenador do IPC-Fipe - poderá acrescentar nas discussões dentro do Copom. Mas seu conhecimento é mais amplo. Ele é membro do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (Codace), além de professor da FGV EESP e ligado ao FGV Ibre.

Teixeira não é um especialista reconhecido em política monetária, mas sua experiência em outras áreas do governo poderá ser útil na diretoria de relacionamento institucional. Ele fez alguns dos cursos oferecidos pelo BC para seus funcionários em temas como "modelagem macroeconômica e metas de **inflação**", mas apenas introdutórios. Moura também não é especialista em política monetária.

Apesar de penderem, no conjunto, para o lado mais moderado, comparado com quem sai, os novos nomes do Copom não devem provocar alteração importante nos rumos no colegiado.

Amanhã, o Copom toma uma decisão importante sobre o ritmo de corte de juros, já amarrando o cenário para os novos membros no começo de 2024. O comitê deve dizer se mantém a sinalização de corte de juros

de 0,5 ponto percentual para além de dezembro.

Também não muda o centro gravitacional do comitê, que tem sido exercido pelo presidente do BC, Roberto Campos Neto. O grande receio era que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva indicasse apenas membros pró-baixa de juros, os quais pudessem, de certa forma, exercer um comando paralelo.

Não é o que aconteceu. Há três membros pendendo para o lado mais moderado, incluindo Galípolo, Teixeira e o diretor de fiscalização, Ailton Aquino. Mas Galípolo e Aquino têm subscrito a mensagem mais cautelosa na condução da baixa dos juros. Sobram dois do lado mais conservador, Diogo Guillen e Renato Gomes. Os conservadores - incluindo Guardado e Moura - têm dito que, apesar de diferenças de opinião, os novos membros têm o mesmo compromisso em cumprir as metas de **inflação**. Dois diretores da casa, Carolina Barros (administração) e Otávio Damaso (regulação), têm perfil mais técnico, sem alinhamento automático de um lado ou de outro.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231030/>

"Commodities e reglobalização vão deixar o Brasil mais atraente"

Eduardo Magossi

Brasil e México serão dois dos países beneficiados com o processo em curso de empresas saindo de lugares mais distantes e se realocando em outros mais próximos de seus mercados consumidores. Deepak Puri, CIO para as Américas do Deutsche Bank, chama isso de "reglobalização". Em entrevista ao Valor, Puri disse que os problemas com as cadeias de abastecimento na pandemia e as recentes tensões geopolíticas irão levar cada vez mais as empresas a estabelecerem suas unidades em países mais próximos e que compartilhem dos mesmos valores. Porém, ele alerta: esse processo é inflacionário. "O papel da China como agente de desinflação na economia mundial está acabando", disse. Leia abaixo os principais trechos da entrevista concedida pelo executivo.

Valor: O Brasil é um bom lugar para o investidor global estar em um cenário de juros elevados por mais tempo?

Deepak Puri: Sim, é. Na América Latina, México e Brasil se destacam. No caso brasileiro, a lição de casa bem feita pelo Banco Central, sendo um dos primeiros grandes bancos a elevar os juros quando viu o crescimento da **inflação** pós-pandemia, foi essencial. Hoje, bolsas e câmbio vêm registrando um bom desempenho. Mas também tem um outro fator em movimento: a "reglobalização", o processo em que muitos países estão revendo suas cadeias de abastecimento.

Valor: Não seria uma "desglobalização"?

Puri: Não, porque globalização e comércio exterior ainda vão acontecer, mas será mais dentro de blocos. Os países estão querendo fazer negócios e ter empresas ou comprar produtos em fontes mais próximas e, nessa escolha, escolherão aliados geopolíticos e aqueles que compartilham de seus valores. Eu disse re-globalização porque a ideia é que uma empresa não vai sair da China, por exemplo, mas vai pensar em ter outra em um lugar que seja mais perto de seus mercados. Eles estão pensando: se a retórica entre EUA e China aumentar e as coisas se complicarem lá, onde eu vou produzir? Nesse caso, a importância de países como México e Brasil, até pela maior proximidade com os EUA, no mundo ocidental,

vai crescer. Na Ásia, Índia e Vietnã serão beneficiados. Eu diria que o Brasil vai se beneficiar também pelo crescimento na demanda por commodities. O mundo não para de crescer e precisa de commodities, e o Brasil é um grande exportador. Já o mercado de capitais brasileiro precisa ter um fôlego maior para ser atraente para investidores internacionais, tanto corporativos como pessoa física. Só existem algumas empresas brasileiras com liquidez suficiente para gerar atração lá fora. Mas as commodities e a reglobalização vão deixar o Brasil mais atraente para o investidor global. Mas ela é um processo inflacionário.

Valor: Por conta dos custos de mão de obra?

Puri: Exato. A China tem sido um motor desinflacionário para o mundo por ter a habilidade de manter uma mão de obra barata. Se o custo não for mais o critério de local de produção e outros fatores como proximidade e aliados geopolíticos forem mais importantes, e o local escolhido for mais caro, esse aumento vai ser repassado ao preço final dos produtos. Então, de certa forma, essa reglobalização será ligeiramente inflacionária para o mundo.

Valor: Isso vai afetar a capacidade do Federal Reserve de levar a **inflação** de volta à meta de 2%?

Puri: Eu não quero descartar a capacidade do Fed de levar a **inflação** de volta à meta de 2%. Na convenção de Jackson Hole, em agosto deste ano, o presidente do Fed, Jerome Powell, reafirmou que quer persistir na meta de 2% e não vejo nenhuma mudança nessa meta de 2% no médio prazo. Mas a **inflação** é difícil de calcular. Temos inputs de dados econômicos e temos inputs do que o mercado está dizendo sobre a **inflação**. As TIPs [título do Tesouro dos EUA atrelado à **inflação** similar à NTN-brasileira] podem estar indicando uma **inflação** para daqui a cinco anos, o índice de expectativa de **inflação** da Universidade de Michigan para o mesmo período pode ser outro. Não há forma segura de saber como será o comportamento da economia e dos consumidores em um horizonte tão amplo com precisão. Mas acho que a **inflação** vem caindo de forma muito boa. A experiência da década de 1970, de quando a **inflação** caiu e depois voltou, ainda está muito viva na memória institucional do Fed e o banco central quer evitar o mesmo erro, tirando o pé do pedal mais cedo. Dessa vez foram mais

agressivos.

Valor: O sr. disse que vê alguns riscos...

Puri: O que nos preocupa é com as coisas que estamos vendo como repiques na **inflação**. No mês passado o índice de Preços ao Consumidor [CPI, sigla em inglês] deu um repique. E a **inflação** de moradia, os preços dos aluguéis, está subindo 0,6% mês a mês, o que chega a quase 7% se anualizada. Por outro lado, componentes de bens e serviços estão em queda.

Valor: O Fed mexe nos juros na reunião desta semana?

Puri: Não. Meu cenário-base é de que o Fed já encerrou seu ciclo de alta e a taxa terminal já foi atingida. As condições financeiras estão ficando mais apertadas, os juros de cartão de crédito e as hipotecas estão subindo. Então de certa forma muito do trabalho do Fed já foi feito e agora é deixar as condições financeiras fazerem o restante, pois esse é o mecanismo de transmissão usada pelo banco. Acredito que o Fed vai dar uma pausa para ver o que acontece com as condições financeiras até a reunião de dezembro. O problema é que os últimos dados divulgados mostram uma economia ainda muito resiliente. Existe uma chance de 30% de o Federal Reserve ter que elevar os juros mais uma vez. Mas eu acho que a mensagem principal é de que estamos no pico ou próximo do pico de juros deste ciclo de aperto. E então dada a desaceleração da economia esperada para o primeiro trimestre do próximo ano, o Fed vai começar a cortar em maio de 2024. Até lá, os rendimentos dos Treasuries tendem a ficar elevados e têm espaço para eles subirem para próximo do patamar atual dos "federal funds".

"Não quero descartar a capacidade do Federal Reserve de levar a **inflação** de volta a meta de 2%"
Deepak Puri

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231030/>

Indecisão, estratégia com Centrão e cálculo contra desgaste: por que Lula adia decisões, segundo aliados

Tentativa de conter o apetite do Centrão, estratégia para minimizar o desgaste na saída de aliados e dúvidas sobre qual caminho seguir são os motivos que têm levado o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a adiar decisões, na visão de aliados. Segundo interlocutores, a demora nas escolhas para o Supremo Tribunal Federal (STF) e a Procuradoria-Geral da República (PGR) se enquadra na última hipótese: indeciso sobre qual seria a melhor solução, o chefe do Executivo vem postergando as definições de maneira inédita. A forma de atuação já era vista nos dois primeiros mandatos, mas se intensificou agora, de acordo com auxiliares.

No caso da PGR, Elizeta Ramos completou na semana passada um mês como interina, em substituição a Augusto Aras, sem que o presidente tenha indicado um nome para o posto. Nunca houve lentidão semelhante na escolha para o posto. O presidente não simpatizou com nenhum dos postulantes com quem já conversou, entre eles o subprocurador-geral Antônio Carlos Bigonha, que tem apoio de boa parte do PT.

Já a vaga do Supremo está aberta há um mês, desde que a ministra Rosa Weber se aposentou. Aliados dizem que o presidente está em dúvida entre os ministros Flávio Dino (Justiça) e Jorge Messias (Advocacia Geral da União). Os dois têm perfis bastante diferentes. Dino, que não agrada ao PT, tem um histórico político mais denso e poderia exercer um protagonismo maior dentro da Corte. Messias é mais discreto e conciliador, além de ser apoiado por quase todas as lideranças petistas.

Na sexta-feira, em café da manhã com jornalistas, Lula disse que o escolhido pode ser mulher, pode ser homem, pode ser negro, pode ser negra". Para aliados, a declaração abre as portas para a escolha de um novo nome que não tem sido cogitado até o momento.

A morosidade pode ser exemplificada no processo de demissão de Rita Serrano da presidência da Caixa Econômica Federal. As primeiras informações sobre a decisão do governo federal de entregar o comando do banco para o Centrão começaram a circular no

começo de julho. Desde aquela época, a saída de Serrano já era dada como certa por auxiliares de Lula. Porém, a concretização da troca demorou mais de três meses para ocorrer e só foi anunciada na semana passada.

Quando usado como estratégia, o adiamento dos anúncios serve para reafirmar o poder de Lula e deixar claro que, apesar de aceitar ceder à cobiça por cargos do Congresso, é ele quem controla o tempo. Há ainda um entendimento no Planalto que o Centrão sempre vai pleitear novos espaços no governo. Ao deixar um pedido na geladeira, o presidente evita assim que novos surjam.

Em alguns casos, para justificar o adiamento de decisões, Lula tem contado neste terceiro mandato com as idas ao exterior. Foram 67 dias fora do Brasil até agora. Durante as viagens, o presidente, em geral, se concentra apenas nas agendas locais e costuma deixar os problemas do país para serem resolvidos na volta.

Ainda dentro do modo Lula de tomar decisão, auxiliares dizem que o presidente se irrita quando é pressionado e se recusa a ceder nessas situações. Ele teria ficado contrariado e adiado a decisão sobre a mudança na Caixa em mais de um mês por causa de uma entrevista do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ao jornal "Folha de S. Paulo", no dia 17 de setembro, em que Lira afirma de forma clara que havia um acordo com os partidos para indicação do comando do banco.

Para um aliado, porém, se o objetivo nesse caso era medir forças com Lira, o plano não deu certo, já que no fim das contas Carlos Antônio Vieira, indicado pelo presidente da Câmara, acabou sendo o escolhido para presidir a Caixa. Além disso, durante o período em que a pauta da Câmara ficou travada, o presidente viu projetos do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para aumentar a arrecadação serem alterados por pressão dos congressistas.

No caso da mudança do banco, Lula também tentou, na visão de um petista próximo, fazer com que Rita Serrano pedisse demissão. O presidente não gosta de

ter que anunciar para auxiliares que irá tirá-los dos cargos, por isso deixou com que as informações sobre a sua insatisfação com a dirigente do banco circulassem, imaginando que ela não resistiria à fritura pública. Mas Rita não cedeu e foi comunicada da demissão na última quarta-feira.

Com a ex-ministra do Esporte, Ana Moser, também houve uma tentativa de forçar um pedido de demissão, mas, assim como a presidente da Caixa, ela resistiu. Lula então a chamou ao Palácio do Alvorada e disse que precisava entregar o seu cargo a André Fufuca (PP).

Aliás, a **reforma ministerial** que resultou na entrada de Fufuca e de Silvio Costa Filho (PP) no Ministério de Portos e Aeroportos, além da transferência de Márcio França (PSB) para uma nova pasta de empreendedorismo, demorou cerca de dois meses para se concretizar. Integrantes da equipe de articulação política relataram, na época, estarem sofrendo grande pressão do Centrão pela concretização das mudanças.

Com a votação no Senado que barrou a indicação de Igor Roque para a chefia da Defensoria Pública da União (DPU), o governo tem agora a necessidade também de escolher um novo nome para o posto. Além disso, como mostrou O GLOBO, há três vagas de conselheiros abertas no Conselho Econômico de Defesa do Consumidor (Cade) - uma quarta será aberta em janeiro - Até janeiro, ainda ficarão vagos postos de diretores das agências nacionais do Petróleo (ANP); Telecomunicações (Anatel); Mineração (ANM); e de Águas (ANA). O Palácio do Planalto já prevê um novo foco de tensão com o Congresso nas definições destes cargos.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/10/31/index-estrategia-com-centrao-e-calculo-contra-desgaste-por-que-lula-adia-decisoes-segundo-aliados.ghtml>